



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

CAROLINA DE FÁTIMA PEREIRA ALMADA LIMA

ABUSO SEXUAL INFANTIL: um estudo no Centro de Perícias Técnicas do Maranhão.

São Luís
2017

CAROLINA DE FÁTIMA PEREIRA ALMADA LIMA

ABUSO SEXUAL INFANTIL: um estudo no Centro de Perícias Técnicas do Maranhão.

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de bacharel em Psicologia com a formação de psicólogo.

Orientadora: Prof.^a Ms. Francisca Pereira da Cruz Zubicueta.

São Luís

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Lima, Carolina de Fátima Pereira Almada.

Abuso sexual infantil : um estudo no Centro de Perícias
Técnicas do Maranhão / Carolina de Fátima Pereira Almada
Lima. - 2017.

78 f.

Orientador(a): Francisca Pereira da Cruz Zubicueta.
Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Campus Bacanga,
2017.

1. Abuso Sexual. 2. Abuso Sexual Infantil. 3.
Desenvolvimento Infantil. I. Zubicueta, Francisca Pereira
da Cruz. II. Título.

CAROLINA DE FÁTIMA PEREIRA ALMADA LIMA

ABUSO SEXUAL INFANTIL: um estudo no Centro de Perícias Técnicas do Maranhão.

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de bacharel em Psicologia com a formação de psicólogo.

Orientadora: Prof.^a Ms. Francisca Pereira da Cruz Zubicueta.

Aprovada em 17/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Francisca Pereira da Cruz Zubicueta

Prof.^a Ms. Francisca Pereira da Cruz Zubicueta (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Departamento de Psicologia

Moara de Oliveira Gamba

Psicóloga Ms. Moara de Oliveira Gamba

Psicóloga do Centro de Perícias Técnicas para a Criança e Adolescente do Estado do Maranhão

Cristianne Almeida Carvalho

Prof.^a Dr.^a Cristianne Almeida Carvalho

Universidade Federal do Maranhão

Departamento de Psicologia

AGRADECIMENTOS

Ao Rei dos reis e Senhor dos senhores, meu Maravilhoso JESUS, obrigada por me permitir sentir que a presença do Espírito Santo esteve comigo durante toda esta caminhada. Obrigada por ter me escolhido para essa vocação, por esse projeto ter nascido primeiro no Teu coração e alcançado o meu!

Aos meus pais, Cesário Almada Lima e Fátima Almada Lima, pelo amor incondicional e imensurável, e por cada gota de suor, jamais mediram esforços para que eu alcançasse essa vitória e realizasse mais este sonho. Amo vocês!

Ao meu irmão, Victor Almada Lima... Obrigada por me ajudar sempre que eu preciso. Amo você!

Ao meu noivo, Phablo Everton, por ser o meu maior tesouro, a prova do cuidado de Deus na minha vida. Obrigada, meu príncipe, pela sua companhia em todos os momentos dessa caminhada, pelo seu incentivo e por ser a minha alegria, o meu amor por você a cada dia só aumenta, eu te amo!

À minha família, não poderia nascer em outra melhor... Destaque para a minha prima-irmã Adélia, obrigada por sempre estar ao meu lado em todos os momentos, que sorte a minha! Eu amo vocês!

À todos os meus amigos da vida... MUITÍSSIMO obrigada pelo apoio e amor de vocês! Amo cada um!

Aos meus amigos de turma, por dividirem os mesmos anseios e alegrias durante esses 5 anos. Vocês estarão pra sempre no meu coração.

Aos professores da graduação, por transmitirem seus conhecimentos e amor pela nossa querida Psicologia.

À minha orientadora, professora Francisca Cruz, por me acompanhar no estágio e na orientação de monografia. Seus ensinamentos, carinho, dedicação e paciência foram indispensáveis nesse processo de aprendizado e prática profissional. Obrigada por fazer eu me apaixonar pela Logoterapia!

Obrigada!

*“Na infância o que se ouve ou que se vê
não sobe para o cérebro. Desce para o
coração ou fica escondido.”
(Humberto de Campos)*

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre o fenômeno do abuso sexual infantil e caracterizar o perfil das crianças, de até 12 anos incompletos, vítimas de violências sexuais encaminhadas ao Centro de Perícias Técnicas para a Criança e o Adolescente do Estado do Maranhão (CPTCA), entre os anos de 2011 a 2016. O estudo tem uma abordagem descritiva e utilizou-se de análise quanti-qualitativa das informações obtidas. A coleta dos dados foi realizada por meio de pesquisa documental de materiais internos ao Centro. As variáveis utilizadas para atingir os objetivos foram: gênero, idade, renda familiar e vínculo com o agressor. A partir das informações identificadas foi possível identificar predominância de supostas vítimas do sexo feminino, com 72,2% dos casos; 41,43% das crianças encontram-se na faixa etária de 9 a 11 anos e depois com 30,74% dos casos estão às crianças na faixa etária de 6 a 8 anos; observou-se que das supostas agressões 52,7% dos casos foram praticados no ambiente intrafamiliar, e a maior frequência dos casos de violência sexual praticado contra a criança ocorreu em famílias de baixa renda, com destaque para as de 1 a 2 salários mínimos, com 43,6% dos casos. A partir dos dados obtidos identifica-se a necessidade de estratégias e intervenções locais mais eficientes na prevenção, assim como na capacitação dos profissionais para a intervenção no trabalho com as vítimas e suas famílias.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil. Abuso Sexual. Abuso Sexual Infantil.

ABSTRACT

The objective of this study was to increase knowledge about the phenomenon of child sexual abuse and to characterize children up to 12 years of age who are victims of sexual violence referred to the Center for Technical Skills for Children and Adolescents of the State of Maranhão (CPTCA). Between the years 2011 and 2016. The study has a descriptive approach and was used a quanti-qualitative analysis of the information obtained. The data collection was done through documentary research of materials internal to the Center. The variables used to achieve the objectives were: gender, age, family income and bond with the aggressor. From the information identified, it was possible to identify predominance of alleged female victims, with 72.2% of the cases; 41.43% of the children are in the age group of 9 to 11 years old and then with 30.74% of the cases are the children in the age group of 6 to 8 years; It was observed that 52.7% of the cases were practiced in the intrafamily environment, and the highest frequency of sexual violence against the child occurred in low-income families, especially those with 1 to 2 minimum wages, With 43.6% of cases. From the data obtained, we identify the need for more effective local strategies and interventions in prevention, as well as in the training of professionals to intervene in working with victims and their families.

Keywords: Child Development. Sexual abuse. Child Sexual Abuse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Comparativo de Casos que deram entrada no CPTCA nos anos de 2011 a 2015.....	54
Gráfico 2 – Comparativo dos Tipos de Violência encaminhadas ao CPTCA nos anos de 2011 a 2015.....	55
Gráfico 3 – Comparativo de Supostas Vítimas que sofreram abuso sexual e deram entrada no CPTCA nos anos de 2011 a 2016.....	56
Gráfico 4 – Proporção de Crianças e Adolescentes que deram entrada no CPTCA nos anos de 2011 a 2016 com suspeita de abuso sexual.....	57
Gráfico 5 – Comparativo de idade das crianças que supostamente sofreram abuso sexual entre os anos de 2011 a 2016.....	58
Gráfico 6 – Proporção entre meninos (M) e meninas (F) que deram entrada no CPTCA nos anos de 2011 a 2016.....	59
Gráfico 7 – Comparativo do ambiente onde supostamente foi realizado o abuso sexual infantil entre os anos de 2011 a 2016.....	60
Gráfico 8 – Comparativo do sexo do suposto agressor entre os anos de 2011 a 2016.....	61
Gráfico 9 – Comparativo, realizado entre os anos de 2011 a 2016, do nível sócio-econômico do responsável.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CPTCA - Centro de Perícias Técnicas para a Criança e o Adolescente
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- LACRI - Laboratório de Estudos da Criança
- ONU - Organização das Nações Unidas
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- DSM-IV - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais VI
- VIVA - Vigilância de violências e acidentes
- TEPT - Transtorno de estresse pós-traumático
- CPCA - Centro de Proteção à Criança e ao Adolescente
- OEA - Organização dos Estados Americanos
- DPCA - Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente
- CPB - Código Penal Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	BREVE HISTÓRICO DO RECONHECIMENTO DA INFÂNCIA PELA SOCIEDADE	16
2.1	História da Infância	16
2.1.1	Histórico da Criança no Brasil	19
2.2	Teorias do Desenvolvimento Infantil	21
2.3	Histórico Legislativo	29
2.3.1	Direito internacional.....	30
2.3.2	Legislação Brasileira e o Estatuto da Criança e Adolescente	32
3	ABUSO SEXUAL INFANTIL	35
3.1	Incidência Epidemiográfica	37
3.2	Violência Sexual Intrafamiliar x Extrafamiliar	40
3.3	Consequências do Abuso Sexual no Desenvolvimento Infantil	45
4	OBJETIVOS	50
4.1	Objetivo geral	50
4.2	Objetivos específicos	50
5	METODOLOGIA	51
5.1	Instrumentos e Técnicas de coleta de dados	51
5.2	Amostra	51
5.3	Local de Pesquisa	52
5.4	Procedimentos gerais e éticos	52
5.5	Referencial de análise do material	53
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	55
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	71
	ANEXO A – Ofício para Autorização de Pesquisa	79

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 garante, no Brasil, os direitos à dignidade humana e ao exercício da cidadania, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei n.º 8.069/90 certifica, no caso da população infanto-juvenil, esse direito. A partir desse Estatuto assegura-se a afirmação dos direitos da criança, a qual ao longo da história da sociedade foi vítima de diversas formas de violência. A criança começa a ser vista como um ser humano com condição especial de desenvolvimento, necessitando de maior proteção devido à sua fragilidade. Furniss (1993) destaca essa vulnerabilidade da criança, ao necessitar de um adulto “para cuidados físicos, emocionais, cognitivos e sociais, devido à falta de maturação biológica”. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe no Art. 5º que:

[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, ECA, 1990).

Em contradição ao Art. 5º deste Estatuto, muitas crianças têm sido vítimas de violência, de vários tipos, entre elas, a sexual, considerada uma das formas mais cruéis de violência praticadas contra o infante. Torna-se importante compreender que em muitos casos as crianças submetidas a abusos sexuais, são também vítimas de negligências, abusos emocionais e abusos físicos, o que dificulta o rompimento dessa dinâmica.

A violência praticada contra crianças é um problema duradouro durante a história da sociedade, tendo sua base em crenças e padrões de determinadas épocas e culturas. Ricas, Donoso e Gresta (2006) afirmam que a cultura brasileira apresenta determinado grau de complacência à violência contra a criança, com a ideia de direito ilimitado do cuidador sobre a mesma, contribuindo para o abuso de poder. Essa violência se mantém ainda silenciada, de forma que todos os dados estatísticos a respeito desse fenômeno permanecem insuficientes e não revelam toda a realidade. A vergonha e o medo ainda continuam sendo os principais fatores contribuintes para diminuir o número de casos denunciados. Torna-se necessário combater o abuso sexual infantil a partir de iniciativas que combatam suas causas, sendo o estudo destas, imprescindível para a prevenção.

Dados divulgados pelo UNICEF (2014), no relatório “Ocultos à Plena Luz”, relatam que em todo o mundo, uma média de 120 milhões de meninas com menos de 20 anos de idade foram forçadas a ter relações sexuais ou a praticar outros atos sexuais. Em meio a esses dados, o LACRI (2007) - Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo - informa que o Brasil faz parte do grupo de países que não têm estatísticas oficiais sobre as situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes, sendo que os dados apresentados levam em consideração apenas os casos denunciados, e estes apresentam-se apenas como a "ponta do iceberg", já que estima-se que a maioria dos casos não são denunciados.

A infância é caracterizada como um momento de desenvolvimento físico e psicológico do indivíduo, período que envolve mudanças graduais no comportamento e na formação de sua personalidade. Segundo Shonkoff (2009) pesquisas recentes em neurologia confirmam que as primeiras experiências das crianças, desde os vínculos que elas criam com as pessoas até os seus primeiros aprendizados, afetam de maneira profunda seu posterior desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social.

É imprescindível compreender que o abuso sexual infantil é uma violência complexa e difícil de delimitar, pois envolve questões legais de proteção à criança, punição do perpetrador e também questões terapêuticas à saúde física e mental. Diante do cenário mundial de violência sexual contra crianças, torna-se relevante refletir sobre a questão, surge assim a importância de trazer uma reflexão sobre a caracterização das crianças que sofreram abuso sexual e o olhar da psicologia sobre suas consequências ao desenvolvimento do indivíduo.

O interesse pelo tema surgiu por meio de indagações, como: Quando a sociedade começou a interessar-se pelo estudo do abuso sexual infantil? Quais as implicações psicológicas em crianças que sofreram o abuso? O índice de abuso é maior em que faixa etária? A maioria dos casos registrados são de abuso intrafamiliar ou extrafamiliar? Para responder a estes questionamentos foi realizada uma pesquisa descritiva no Centro de Perícias Técnicas para a Criança e o Adolescente do Estado do Maranhão (CPTCA).

O presente trabalho tem por objetivo compreender o fenômeno do abuso sexual infantil, assim como caracterizar o perfil das crianças registradas pelo CPTCA, visando contribuir com conhecimentos que possam auxiliar no aumento da qualificação dos psicólogos que trabalham com crianças vítimas de abuso sexual.

Podendo ainda, no âmbito social e familiar, facilitar no reconhecimento de fatores de risco e na identificação de indicadores do abuso, bem como colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes. A relevância do trabalho se refere à necessidade de maiores estudos sobre os abusos e suas consequências de forma a indicar caminhos para intervenções mais eficientes, tanto do ponto de vista do tratamento como da prevenção.

É apresentado um capítulo que trata do histórico do reconhecimento, pela sociedade, da infância, pois é imprescindível refletir de forma contextualizada sobre essa compreensão para qualquer pesquisa que se dispõe a trabalhar com crianças. Com destaque apresenta-se Philippe Ariès que com seus estudos através da iconografia clássica se tornou o pioneiro nos estudos da história da infância e nas mentalidades da vida privada. Ainda no mesmo capítulo foram apresentados os pensamentos de quatro teóricos importantes no estudo e compreensão da Psicologia do Desenvolvimento. Suas pesquisas foram indispensáveis para a construção do conhecimento atual sobre a infância. Os teóricos são: Lev Semenovitch Vygotsky, Henri Wallon, Jean Piaget e Maurice Merleau-Ponty.

O capítulo seguinte expõe as definições de abuso sexual infantil pelos mais variados pesquisadores, pois ao trabalhar-se com a temática torna-se indispensável compreender os conceitos destacados sobre a questão. Há uma explanação sobre os índices epidemiográficos identificados pelos diversos estudos realizados sobre o fenômeno. Quando se estuda violência sexual infantil, percebe-se a importância da distinção entre o abuso intrafamiliar e o extrafamiliar, de forma que o presente trabalho realizou uma breve revisão sobre o tema, no intuito de melhor compreensão dos efeitos da violência nos dois meios. Para finalizar o capítulo, foi apresentado um tópico referente às consequências do abuso sexual para o desenvolvimento da criança.

No terceiro capítulo foi exposto o objetivo geral, bem como os objetivos específicos. Já o quarto capítulo retratou a metodologia do trabalho, de forma apresentar os instrumentos e técnicas utilizados na coleta dos dados, assim como a população estudada, o local onde foi realizada a pesquisa e o processo percorrido pela pesquisadora para obter autorização para o início do estudo.

O quinto e último capítulo se propôs a apresentar os resultados alcançados a partir dos dados coletados, por meio do uso de gráficos e análise

estatística. Realizou-se uma discussão dos resultados com a literatura já existente no intuito de explorar e melhor compreender o abuso sexual infantil, assim como o perfil das crianças vítimas dessa forma de violência no estado do Maranhão.

2 BREVE HISTÓRICO DO RECONHECIMENTO DA INFÂNCIA PELA SOCIEDADE

2.1 História da Infância

A preocupação em delimitar o conceito de infância é resultado de uma construção social, que se deu de modo lento e gradual. Torna-se relevante a compreensão de que a sociedade moderna lança um olhar para a infância de maneira diferente daquele da Idade Média, de forma que a visão contemporânea de infância se construiu a partir de diferentes perspectivas e inúmeras reflexões dos mais diferentes autores. Segundo Kramer (2007, p.15), as “crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas”.

Philippe Ariès, com a publicação da sua obra *História Social da Criança e da Família* (1981), destaca-se como o pioneiro nos estudos da infância. Para desenvolver seu trabalho, utilizou fontes da iconografia medieval, descrevendo o caminho que a concepção do ser criança traçou desde os tempos medievais até o século XIX, mais abrangentemente, até os dias de hoje.

Souza (2015) fornece destaque especial ao método diferenciado de estudo utilizado por Ariès: a pesquisa iconográfica, as inscrições nos túmulos, etc. Tal ênfase é dada por estas serem fontes inovadoras de pesquisa. Ariès (1981) destaca o papel dos diferentes períodos da história da civilização, além das configurações sociais, culturais e econômicas na determinação das diferentes formas de visão da infância, conferindo à infância um caráter pluralista.

Na Antiguidade, Pfeiffer (2011) afirma, que existiam diferentes formas de violência praticadas contra as crianças, como o infanticídio e o abandono, sendo o infanticídio a primeira forma de abuso não admitida mais pela sociedade, e o abandono mobilizou a sociedade, principalmente a igreja e damas de caridade para a criação da “roda dos expostos”, semelhante aos programas de adoção atuais. A Idade Média foi marcada pela ainda vulnerabilidade das crianças, sendo estas muitas vezes submetidas a castigos físicos, como o espancamento com chicotes e

ferros, utilizados como método educativo. A história da criança até então era marcada pela discriminação e exploração.

Em seu trabalho, Ariés, relata que na Idade Média a idade cronológica não denotava a importância que tem hoje. Foi apenas no século XVI que a idade começa a apresentar um significado maior, quando os reformadores religiosos e civis a incluem nos documentos. Surgem assim os retratos e diários de família historicamente datados em sua cronologia.

Philippe (1981) faz uma investigação na iconografia medieval, e percebe que no século XII a infância não era representada. A fala tão comum que afirma que as crianças eram adultos em miniatura é confirmada pela arte medieval, onde as crianças são apresentadas semelhantemente aos adultos, com uma única diferença, o tamanho, no entanto todas as outras características são semelhantes, como as expressões, os trajes e a musculatura. A partir dessa análise, é possível supor que a infância na Idade Média não era reconhecida da forma como a vemos hoje.

[...] o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ARIÉS, 1981, p.156)

Segundo Ariés (1981), a vida, antes do século XVI, era praticamente igual para todas as idades, de forma que não havia uma demarcação clara dos diferentes estágios da vida. Levin (1997) afirma que depois do período de dependência física da mãe, à medida que esses indivíduos tornam-se independentes dos cuidados das mães e avós, adentravam ao mundo dos adultos, onde a mesma participava da rotina da vida cotidiana.

Na Idade Média, segundo Ariés (1981), haviam altos índices de mortalidade infantil, demonstrando a falta do sentimento de infância nesse período. Jean J. Rousseau (2004, p.24) em seu livro *Emílio*, corrobora a pesquisa de Philippe (1981), afirmando que “quase toda a primeira infância é doença e perigo; metade das crianças que nascem morre antes dos oito anos [...] Mostra a experiência que morrem mais crianças criadas delicadamente que outras”. De forma que nesse período os pais não se “apegavam” às crianças devido à possibilidade da morte precoce das mesmas.

Ariès propõe que a partir do século XIII que a imagem de infância vai se modificando, pois os registros artísticos desse período já trazem as crianças de uma forma mais semelhante com a qual a vemos hoje, mas foi apenas no século XV e XVI que as mesmas se destacam, representadas com a família, no meio das multidões, em jogos, etc. Por volta do século XVI inicia-se o uso de terminologias como: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade, para destacar “as idades da vida”. Philippe (1981) realiza esse estudo através da iconografia, onde a partir do século XIV observa-se diferenças nas pinturas para cada “idade”, na primeira as crianças brincando com artigos infantis, na seguinte com livros, posteriormente em festas e passeios, depois homens armados e por fim a imagem do homem mais velho barbudo.

Ariés (1981) em seu trabalho constata que ainda no início do século XVI a criança ao encontrar-se inserida no meio adulto, era tratada com liberdade em brincadeiras indecentes. Não existia o sentimento atual da inocência infantil, o que tornava natural, o uso da mesma cama e as brincadeiras sexuais entre o adulto e a criança. No final do século XVI, começa a emergir no meio religioso, determinada preocupação com relação às crianças, surgindo a necessidade de agir com pudor com os infantes. O autor afirma que: “uma noção essencial se impôs: a da inocência infantil” (ARIÉS, 1981, p. 84), impondo assim a origem de um novo sentimento da infância, onde a moralidade ganha destaque especial. Foi por meio dessa visão de pureza imposta à criança que agora, estas são vistas em suas fragilidades, requerendo proteção e educação.

Foi no século XVI que a infância começou a receber determinada atenção por meio dos adultos, onde vai surgir um sentimento de “paparicação” pelas crianças, Philippe Ariés (1981) vai chamá-las de “crianças bibelot”. O teórico afirma a afeição emergente em relação à infância onde “a criança por sua ingenuidade, gentileza e graça, se torna uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (Ariés, 1981, p.100). Araújo (2007) endossa a pesquisa de Ariés, imputando ao Renascimento a preocupação com a criança e a infância. Dessa forma, a criança, aos poucos, é vista como um indivíduo essencial para a sociedade, pois a mesma será responsável pela construção do futuro da humanidade, assim surge a importância com relação à educação (ARAUJO, 2007).

No século XVII, inicia-se a preocupação com a saúde da criança, resultando em mudanças com relação aos seus cuidados por parte da família, da

escola e até mesmo dos poderes públicos. É nesse período do movimento de moralização infantil, que surgem as mudanças culturais, sociais e políticas, transformadoras das relações familiares (ARIÉS, 1981). Já no século XVIII, algumas mudanças começaram a surgir no interior das famílias, fortalecendo-se um “sentimento de família”, onde priorizou-se a intimidade e o isolamento familiar, inaugurando o modelo da família burguesa. Esse novo padrão altera a dinâmica familiar, onde a criança assume um lugar privilegiado, sendo de total responsabilidade dos pais o seu cuidado e educação. Nesse novo contexto, a educação dessa criança passa a ser de interesse do Estado e a infância passa a ser objeto de estudo, com pesquisas da psicopatologia e sobre a capacidade de aprendizagem do infante (ANDRADE, 2010).

2.1.1 Histórico da Criança no Brasil

A visão da criança brasileira também sofreu alterações com os anos, no entanto, segundo Souza (2015) as mudanças estão relacionadas à classe social, racial e o gênero que cada uma estava inserida, de forma que as ideias de infância foram influenciadas pela colonização do Brasil. Na compreensão da representação infantil no Brasil, torna-se necessário estudar as diversas categorias de “infância”. As crianças nativas foram sujeitas ao processo de aculturação, que se deu de forma violenta. Havia ainda a diferença entre a criança negra e a branca, onde a primeira era submetida ao trabalho escravo ainda muito jovem, enquanto a segunda deveria se dedicar ao estudo (Andrade, 2010). Corroborando com esse pensamento, Souza (2015, apud GOUVÊA, 2003, p.16) afirmou que não existia, “portanto, a infância enquanto categoria universal, e nem a infância no singular, mas [sim] diferentes vivências do ser criança em uma mesma cultura”.

No Brasil, pré-colonial existiam diferentes práticas culturais entre os diversos povos indígenas, onde os costumes individuais de cada tribo influenciavam na forma como as crianças se portavam em cada uma. No entanto, segundo Dourado (2009), durante o processo de colonização, as crianças indígenas tiveram sua rotina alterada, de forma que as mesmas foram escravizadas. Ewbank (1850), em seu relato de viagem à colônia, retrata que mesmo depois da implantação da lei indigenista – que proibia o trabalho escravo dos indígenas – os pais de crianças

indígenas vendiam as mesmas, onde eram submetidas ao trabalho escravo tanto quanto os negros, o que durou até o século XIX.

No século XVI iniciou-se, mais propriamente, a colonização brasileira. Nesse período muitos imigrantes com seus filhos e outras crianças, desembarcavam na nova colônia. Dourado (2009) reitera que muitas crianças órfãs e desabrigadas eram recrutadas nas regiões urbanas de Portugal para viajarem para as colônias, de forma a substituir a mão-de-obra adulta que se encontrava insuficiente. Ainda na viagem, começavam as dificuldades enfrentadas pelos infantes, desde as péssimas condições de transporte até a realização de trabalhos pesados, sendo excluídas do trabalho apenas as crianças de classe social mais alta. Além dos trabalhos pesados a que eram submetidas, as crianças ainda eram sujeitas a maus tratos e abusos sexuais.

Entre os escravos da África, trazidos nos navios negreiros, haviam crianças embarcadas, que viviam em condições mais precárias que as crianças vindas da Europa. Os comerciantes atuantes no comércio negreiro capturavam crianças em suas passagens pelas tribos, apesar de focarem nos adultos. Essas crianças eram vendidas em mercados públicos e separadas de seus pais. Em contrapartida, há a existência das crianças de famílias abastardas, que tinham como seu único trabalho voltar-se à atividades intelectuais, muito cedo iniciavam o estudo de boas maneiras nos colégios religiosos, não obstante, eram ensinadas a partir da experiência, a reproduzir atitudes autoritárias dispendidas contra os escravos adultos e também crianças (DOURADO, 2009). A partir dessa compreensão da infância a partir das diferentes categorias, formam-se as diferentes representações da infância na sociedade brasileira.

Bernartt (2009) em seu trabalho afirma que foi na Modernidade, que a situação precária da infância torna-se visível, principalmente no século XVIII com a emergência de uma sociedade industrial. Surgem nesse ínterim a Roda dos Expostos, onde os bebês rejeitados eram entregues à caridade. Com o crescimento da população e da pobreza, a necessidade de proteção e cuidado às crianças ganhava espaço. O higienismo, no século XIX só afirmou a nova mentalidade social, que se orientava ao cuidado com a saúde da população. Dessa forma se afirmava a importância da implementação de políticas e legislações específicas para a infância.

Dourado (2009) retrata que foi apenas no início da década de 90, no Brasil, com a movimentação social ao redor do Estatuto da Criança e do

Adolescente que os direitos da criança e do adolescente começaram a ser executados, repudiando e julgando qualquer forma de exploração e violência praticada contra a infância.

2.2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Como explanado nos tópicos anteriores, o interesse destinado à infância na sociedade moderna, trouxe a necessidade de compreensão profunda da psicologia infantil. É no século XIX que se inicia a observação dos comportamentos infantis, de forma que Darwin (1877) analisa e descreve as mudanças de atitudes de seu filho, no texto “A Biographical Sketch of an Infant”, tornando-se o trabalho pioneiro sobre a psicologia infantil. Darwin se propunha a desvendar as leis que regem o comportamento humano nas várias etapas da vida. A obra de Darwin e outros textos sobre a teoria evolucionista e da hereditariedade trazem uma compreensão importante à respeito da influência dos acontecimentos da infância humana para a fixação dos comportamentos sociais.

As descobertas científicas do século XIX terão significativa contribuição para o progresso nos estudos do desenvolvimento humano. Torna-se tarefa da Psicologia Infantil a teorização e reflexão à respeito das crianças e da infância. Para uma compreensão adequada, identifica-se a importância de embarcar nas diversas teorias sobre o desenvolvimento infantil, com destaque para Vygotsky, Wallon, Piaget e Merly-Ponty.

a) VYGOTSKY

O trabalho desenvolvido por Vygotsky (1896-1934) fomentou a abordagem sociointeracionista do desenvolvimento humano, onde este é possibilitado a partir das trocas entre os pares sociais, através das interações. Este diferencia seus estudos dos teóricos construcionistas, pois há uma ênfase no aspecto biológico do ser. O teórico desenvolveu uma teoria que abrangesse o ser biológico, histórico e social do homem.

Vygotsky constrói seu estudo com base na importância do ambiente no amadurecimento intelectual das crianças, enfatizando o processo histórico-social. Para ele é a partir da interação e das relações estabelecidas pelo homem com o

mundo que é possível a compreensão da maturação do psiquismo humano (VIOTTO FILHO, 2009). O indivíduo é interativo, à medida que obtém conhecimento por meio das trocas realizadas com o meio, processo que, Vygotsky (1991) vai chamar de mediação.

O autor propõe relação especial entre a percepção e as sensações, tornando-as responsáveis pela captação e interpretação das informações recebidas. As funções psíquicas, a partir da percepção e sensações produzidas pela interação com o meio, vão se diferenciando, formando a memória, imaginação e pensamento. Fróis (2010), em seu estudo sobre Vygotsky, evidencia o papel das atividades psíquicas no desenvolvimento infantil, onde este evoluiria da etapa sensório-motora para conseguir firmar conexões mais avançadas, as funções psicológicas superiores.

Se incluirmos essa história das funções psicológicas superiores como um fator de desenvolvimento psicológico, certamente chegaremos a uma nova concepção sobre o próprio processo de desenvolvimento. Podem-se distinguir, dentro de um processo geral de desenvolvimento, duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferenciando quanto à sua origem: de um lado, os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, as funções psicológicas superiores, de origem sócio-cultural. (VYGOTSKY, 1991, p. 34).

Para o teórico, o comportamento da criança teria origem na relação entre as duas linhas, dos processos elementares e das funções psicológicas superiores, onde este só seria possível com o amadurecimento biológico do ser. A infância é marcada por dois comportamentos fundamentais no desenvolvimento humano: a fala humana e o uso de instrumentos.

Vygotsky (1991) se propôs a compreender a relação entre pensamento e linguagem, concluindo que estão relacionados, no entanto, evoluem individualmente. De forma que a palavra, ou signo, tem grande importância na consolidação das funções psicológicas superiores e no comportamento humano. Os signos podem sofrer dois tipos de processos, o primeiro que é a internalização, onde a criança se apropria da fala do outro; e o segundo, a utilização dos sistemas simbólicos. No desenvolvimento infantil, as funções psicológicas, oriundas no nível social de forma a direcionar-se ao nível individual, ou seja, o desenvolvimento humano ocorre inicialmente no meio social e depois se desloca para o plano psicológico.

A palavra contribui, assim como os instrumentos para a realização de ações na busca pela solução de tarefas ou problemas. A utilização de instrumentos torna-se importante no passo da transformação da natureza, requerendo para tanto

a comunicação social. A interação entre pensamento, linguagem e o uso de instrumentos permite o alcance dos objetivos propostos. As crianças, com o auxílio da palavra possibilitam a criação de um plano de ação na realização da atividade, utilizando tudo que está ao seu redor para alcançar seu objetivo, pois é a partir do signo que a criança planeja e executa a ação.

Antes de controlar o próprio comportamento, a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio comportamento. [...] Uma manifestação importante dessa maior flexibilidade é que a criança é capaz de ignorar a linha direta entre o agente e o objetivo. Ao invés disso, ela se envolve em vários atos preliminares, usando o que chamamos de métodos instrumentais ou mediados (indiretos). No processo de solução de um problema a criança é capaz de incluir estímulos que não estão contidos no seu campo visual imediato (VYGOTSKY, 1991, p. 20-21).

As situações experimentadas pelas crianças terão papel fundamental no seu desenvolvimento, bem como as sensações e emoções vividas influenciarão na composição psíquica de sua maturação. De forma que Fróis (2010, p.43) conclui: “faz-se importante ampliar as experiências culturais vividas pelo infante”.

A possibilidade de combinar elementos dos campos visuais presente e passado (por exemplo, o instrumento e o objeto-alvo) num único campo de atenção leva, por sua vez, à reconstrução básica de uma outra função fundamental, a memória [...] Através de formulações verbais de situações e atividades passadas, a criança liberta-se das limitações da lembrança direta; ela sintetiza com sucesso, o passado e o presente de modo conveniente a seus propósitos. As mudanças que ocorrem na memória são similares àquelas que ocorrem no campo perceptivo da criança, onde os centros de gravidade são deslocados e as relações figura-fundo alteradas. A memória da criança não somente torna disponíveis fragmentos do passado como, também, transforma-se num novo método de unir elementos da experiência passada com o presente. (VYGOTSKY, 1991, p. 27-28).

Os seus estudos evidenciam que ambiente social e a interação do indivíduo com seus pares é essencial para o seu desenvolvimento, onde o desenvolvimento humano é mediado por outro ser social. As abordagens contemporâneas de desenvolvimento humano compreendem, assim como Vygotsky, que é com o outro ser social e por meio dele que o indivíduo se constrói.

O estudo mais aprofundado da psicologia do desenvolvimento, especialmente com Vygotsky, permite a compreensão do sujeito como um ser capaz de transformar sua própria história, o homem em sua relação com o meio, modifica e é modificado por este, havendo, portanto, um processo dialético na relação homem x ambiente. Griffa e Moreno (2008) abordam a questão: “O organismo e o meio fazem

parte de um todo, no qual estão inter-relacionados e em constante interação. O meio mobiliza ou favorece disposições hereditárias, mas, por sua vez, a ação do meio não é independente dessas disposições” (GRIFFA, 2008, p. 44).

Ao referir-se à expressão “meio” compreende-se algo amplo, que envolve a cultura, as relações e a sociedade em geral. O ser humano ao nascer encontra-se submerso em determinada cultura, sendo este relevante para o seu desenvolvimento. As abordagens da psicologia, apesar de suas diferenças teóricas, em determinado ponto concordam sobre a importância do contexto social nas transformações do indivíduo ao longo do tempo. É a partir da relação com o outro, que o indivíduo adquire estímulos necessários para sua aprendizagem e desenvolvimento.

b) WALLON

Wallon (1879-1962) apresenta seu estudo sobre as condutas infantis, a partir da ideia central de construção do indivíduo a partir das suas relações com o meio. A criança ao interagir com o mundo e estabelecer relações com seus pares vai desenvolvendo uma série de significações, tanto de si, quanto dos outros e dos acontecimentos de seu ambiente. Em seus trabalhos, é apresentada a importância do contexto social e familiar, e as condições oferecidas por estes, para compreender os comportamentos infantis. Wallon traz, assim como Piaget, a dialética biológico x social, onde o desenvolvimento biológico e social são condição um do outro no desenvolvimento infantil.

Na realidade, nunca pude dissociar o biológico do social, não porque os julgue redutíveis um ao outro, mas porque eles me parecem no homem tão estreitamente complementares desde o seu nascimento, que é impossível encarar a vida psíquica sem ser sob a forma de suas relações recíprocas (WALLON, 1968, p. 13-14).

A teoria Walloniana considera a definição de meio essencial na compreensão das relações estabelecidas pelo indivíduo, já que o sujeito se constitui e se comporta a partir da sua integração com o ambiente, ou seja, o meio social possibilita o desenvolvimento infantil. O autor compreende a indissociação do biológico e social, de forma dedicar-se a um estudo integrado, onde dispõe sobre os campos do comportamento infantil e os vários estágios do desenvolvimento. Há ênfase nas funções afetivas, cognitivas e motoras.

Henry Wallon contradiz os estudos que definem o desenvolvimento psíquico da criança como linear e com etapas definidas, ao marcá-lo como descontínuo e conflituoso, dependendo do aperfeiçoamento orgânico e das disposições ambientais. As “etapas” do desenvolvimento humano são marcadas pelas situações vividas pelo sujeito, tendo o poder de afetar suas ações, estas conferem dinamicidade ao desenvolvimento (GUEDES, 2007).

O desenvolvimento infantil pode sofrer processos conflituosos, de origem exógena ou endógena. Quanto à origem exógena esses perpassam as relações da criança com os adultos e a cultura, quanto à sua origem endógena se expande pela maturação orgânica (GUEDES, 2007).

Bastos (2003) em seu estudo sobre Wallon destaca a elaboração de um sistema de estágios, onde apresentam características e atividades específicas. São seis estágios do desenvolvimento: o impulsivo emocional, sensório-motor, projetivo, do personalismo, categorial e da adolescência; de forma que em todos é possível identificar a presença de funções fundamentais como a emoção, movimento e o eu e o outro.

O primeiro estágio é o “impulsivo-emocional”, onde há predomínio da emoção na criança; o segundo é o “sensório-motor e projetivo”, a atenção da criança se volta para a exploração sensório-motora do que está ao seu redor, há ênfase no cognitivo com destaque para o desenvolvimento da linguagem; o seguinte é o do “personalismo”, onde oriunda-se o desenvolvimento da personalidade, há predomínio da função afetiva/emocional; o quarto é o categorial, iniciam-se os avanços intelectuais, a criança volta-se para o meio exterior, destaca-se a atividade cognitiva; e por fim há o estágio da adolescência, há o conflito da puberdade, sendo marcado por questões pessoais, existenciais e morais, a ênfase recai sobre o emocional nesse estágio. (BASTOS, 2003)

À emoção compete o papel de unir os indivíduos entre si por suas reações mais orgânicas e mais íntimas, e essa confusão deve ter por consequência ulterior as oposições e os desdobramentos dos quais poderão gradualmente surgir as estruturas da consciência. (WALLON, 2007, p.124)

A emoção tem papel fundamental na teoria Walloniana, sendo a primeira forma de comunicação da criança, de forma que à medida que os estágios vão sendo ultrapassados, a emoção que inicialmente era impulsiva, passa a desempenhar função social. Ao longo do desenvolvimento humano, a afetividade e a

inteligência vão se modificando e se complementando, alternando sua predominância em cada estágio do desenvolvimento. O teórico explicita a enorme influência que as emoções exercem sobre o desenvolvimento psíquico da criança, pois é a partir delas que há a possibilidade da interação do indivíduo com seu par.

c) PIAGET

O trabalho desenvolvido por Piaget (1896-1980), no século XX, representou um dos mais importantes estudos realizados sobre a psicologia do desenvolvimento infantil. O desenvolvimento da criança para Piaget (2011) se dá através da combinação entre aquilo que o organismo traz e as circunstâncias oferecidas pelo meio, ou seja, para ele o ser humano herda um conjunto de possibilidades de ação e a partir da sua interação com o ambiente vai desenvolver determinados comportamentos.

O conhecimento tem destaque especial nas pesquisas realizadas por Piaget, onde conhecer teria o mesmo sentido de organizar e explicar o mundo, tendo como ponto de partida a experiência vivida, ou seja, o conhecimento só é produzido a partir da ação do homem sobre o meio. A mudança realizada pela relação organismo-meio só é possível através processo de adaptação, sendo perpassada pela assimilação e a acomodação, que são termos centrais abordados no trabalho de Piaget, já que segundo Piaget toda ação do indivíduo envolve esses movimentos. (CAVICCHIA, 2010)

A adaptação do indivíduo ao meio se dá através da assimilação das informações exteriores e da acomodação, que possibilita a consideração das especificidades dos elementos do ambiente. Esses dois processos apresentam-se em equilíbrio na cognição do homem, mas existe a possibilidade desse equilíbrio ser perturbado. Diante de uma situação conflituosa o organismo busca a equilibração, onde o conhecimento externo é complementado pelas construções endógenas. É nesse processo denominado por Piaget de equilibração que ocorre a formação do sistema cognitivo da criança e da construção do conhecimento (CAVICCHIA, 2010). Dessa maneira, quando a criança encontra-se em uma situação nova, utiliza conhecimentos passados para incorporar a nova experiência, que se dá por meio da assimilação; no entanto, pode ser necessário que sejam feitas modificações para a real compreensão da experiência, havendo a acomodação.

Levando em conta, então, esta interação fundamental entre fatores internos e externos, toda conduta é uma assimilação do dado a esquemas anteriores (assimilação a esquemas hereditários em graus diversos de profundidade) e toda conduta é, ao mesmo tempo, acomodação destes esquemas a situação atual. Daí resulta que a teoria do desenvolvimento apela, necessariamente, para a noção de equilíbrio entre os fatores internos e externos ou, mais em geral, entre a assimilação e a acomodação (PIAGET, 2011, p.89).

Ghedin (2012) reinterpreta o trabalho de Piaget, afirmando que o sistema cognitivo permite o organismo estruturar as situações vividas, ordenando e classificando as relações. Diante das diferentes formas que a criança organiza suas experiências, Piaget, determina os “estádios” do desenvolvimento cognitivo infantil, onde a realização dessas etapas depende do ambiente que a criança interage.

Os estádios são integradores e as funções desenvolvidas em cada estágio estarão presentes no estágio seguinte. Piaget organiza 4 períodos do desenvolvimento cognitivo, reafirmando a importância da afetividade e da socialização em cada um. Sendo estes: o estágio da inteligência sensório-motora, onde é formada a base de todos os processos cognitivos do indivíduo; o estágio da inteligência simbólica ou pré-operatória, marcada pela capacidade de representação, permitindo o surgimento da função simbólica, Piaget dá destaque ao processo de imitação realizado pela criança; estágio da inteligência operatória concreta, sendo a fase de transição entre a ação e as estruturas lógicas, ocorre o processo de reflexão; por fim o estágio da inteligência formal, onde é possível a abstração. As equilibrações constantes permitem a superação de determinado estágio para seguir em direção à nova etapa. Então para Piaget (2011) a ação desenvolve o conhecimento necessário para sua adaptação ao meio.

Piaget (2011) configura o objetivo do desenvolvimento, que é a socialização do pensamento, de forma que a interação do homem com seu par é essencial na construção do conhecimento.

d) MERLEAU PONTY

Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) inicia seu trabalho filosófico a partir das concepções fenomenológicas de Husserl, mais especificamente com relação à questão do mundo vivido, onde para este, só pode-se entender a experiência vivida por meio da existência. O homem deve ser compreendido a partir da sua relação com o mundo. Para o autor, segundo Dias (2006), o mundo se apresenta como o lugar próprio da experiência humana, assim não há homem sem o mundo e vice-

versa. Nesse campo, o homem descobre e é descoberto pelo outro, este relaciona-se com os outros, com o mundo e consigo mesmo.

A infância aparece em vários momentos no trabalho de Ponty, onde o mesmo apresenta alguns percalços no estudo dessa etapa do desenvolvimento humano. Entre estas, destaca a dificuldade no estudo de um objeto que se encontra em situação diferente da do observador e as possíveis alterações que a presença do adulto pode produzir nas reações da criança. O autor compreende a criança como um ser-no-mundo, um ser ativo e que tem seu desenvolvimento perpassado por ações externas e que pode ser afetado por instabilidades e incoerências, que não tenham origem no mundo exterior (DIAS, 2006).

A relação entre a criança e o adulto se mostra importante no sentido de se apresentar como uma relação de identificação, ou seja, a criança se vê nesse outro, ela vê nos pais o seu futuro, tem estes como modelo, desenvolvendo assim suas ações. A constituição e organização da consciência da criança se dão por meio das relações que ela estabelece, por meio da relação com o mundo vivido. A criança tem sua conduta, o seu ser, formada por conflitos resultantes da sua idade mental quanto dos acontecimentos da sua história (DIAS, 2006).

Merleau-Ponty se diferencia de Piaget no sentido que este entende a aquisição de comportamentos da criança por meio da assimilação e acomodação, já Ponty compreende que o infante primeiro imita o adulto, à sua maneira, para depois entender ou dar sentido para o comportamento. Com relação à imitação, compreende que a criança imita no intuito de atingir o resultado obtido pelo outro, mesmo que não entenda o caminho para alcançá-lo.

[...] a imitação na infância visa a um resultado global, conforme a percepção da criança, o que não necessariamente terá como consequência o comportamento realizado do modo como o adulto o realiza. O que impulsiona a criança à imitação é o fato de haver uma comunhão de objetivos [...] pois o objeto inicial da criança é o resultado obtido pelo outro, ainda que sem a compreensão exata dos meios para atingi-lo. (TELLES, 2014, p. 7).

Assim compreende-se a importância do adulto na inserção das crianças na cultura, já que a imitação é um dos caminhos para esta inserção. Durante o processo de educação, Ponty destaca a relevância da presença do adulto na mediação da interação da criança com o meio e com os seus pares. Enfatiza ainda que para o alcance da maturidade a criança não deve ser educada de modo

completamente autoritário, pois tal atitude impede a criança de distinguir a si do outro. (TELLES, 2014).

A partir dos estudos de Ponty sobre a infância, mostra-se imprescindível a compreensão das relações que a criança estabelece com a família, a sociedade, a cultura etc, pois assim pode-se entender melhor como ela se posiciona no mundo e acessar a sua experiência vivida, já que as crianças se relacionam com o meio, antes mesmo de refletirem sobre suas experiências. Para compreender a infância tal como ela é, torna-se necessário suspender as concepções prévias do fenômeno e receber a criança como ela se apresenta. (TELLES, 2014).

Tanto Ponty, quanto Piaget, Vygotsky e Wallon reconhecem a importância do papel da interação entre a pessoa e o meio para o desenvolvimento infantil. De forma que com o progresso dos estudos da infância, esta foi reconhecida como sujeito em estado de vulnerabilidade, necessitando de proteção integral. Inicia-se a movimentação social e legislativa em prol dos direitos da criança e adolescente, com o objetivo de redimir qualquer forma de violência praticada contra estes.

2.3 Histórico Legislativo

Segundo Nunes (2014, apud FUHRER, 2009), durante o período da antiguidade, nas mais diversas civilizações, a criança sofria diferentes tipos de violência, que eram regularizadas pela legislação da época, como o código de Hamurabi (1728 – 1686 a.c.) e as Leis de Rômulo. Entre as diferentes práticas de violência praticada contra o infante, destaca-se o infanticídio, que era visto como uma forma de eliminação de crianças deficientes. Outras formas de violência eram praticadas por motivos religiosos e familiares. Entendia-se como direito dos pais dispor sobre o direito à vida de seus filhos, sendo revogado apenas no século VI, com o Código Justiniano (NAKATANI, 2012).

A Suécia, em 1979, tornou-se o primeiro país a proibir o castigo físico às crianças, de forma que o século XX foi marcado pela proibição legal de qualquer punição física aplicada aos infantes. No Brasil, a proteção legal aplicada à criança e adolescente surgiu, em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente. A mudança da visão que a sociedade tinha à respeito da infância permitiu a definição dos direitos da criança, enquanto sujeito que necessita de

proteção e cuidado. Qualquer forma de violência praticada contra a criança passa a ser considerado um grave problema político.

2.3.1 Direito internacional

No período da Primeira Guerra Mundial, mais exatamente entre 1914 e 1915, foi criada por Englantyne Jebb, uma ativista britânica, a organização “Save The Children Fund International Union” e a “Union International de Secours aux Enfants”, tornando-se as primeiras organizações não-governamentais implementadas com o objetivo de proteção às crianças vítimas da guerra. Pouco depois, em 1919, foi efetivado o direito internacional sobre as obrigações do Estado com relação à infância, com a fundação do Comitê de Proteção da Infância. Em 26 de setembro de 1924, foi aprovada pela Assembleia da Liga das Nações, a Declaração de Genebra, sendo o marco do primeiro direito internacional da infância.

A Declaração de Genebra traz princípios fundamentais de proteção à infância, declarando que a mesma deve ser protegida independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou crença; deve crescer em condições de se desenvolver de maneira normal, quer material, quer moral, quer espiritualmente; a responsabilidade da família com a criança; em situações de infortúnio a criança deve ser a primeira a receber socorros; deve ser protegida de toda e qualquer forma de exploração. O documento adquiriu caráter essencial na conscientização da população à respeito da vulnerabilidade que a criança encontrava-se, sendo assim como diz Azambuja (2011), importante para abrir caminho para o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direito.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi fundado após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Em 1948, mais especificamente no dia 10 de dezembro, é proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornando-se o primeiro documento internacional que dispõe dos direitos de caráter civil, bem como de natureza econômica social e cultural que todos os seres humanos devem gozar. O documento não traz a infância como principal tema, no entanto, apresenta artigos importantes com relação à proteção social especial destinada à infância. No artigo 25.º apresenta que “a maternidade e a infância têm

direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social” (ONU, 1948).

- Declaração dos Direitos da Criança

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, com seus princípios e valores, serviu de base para a elaboração da Declaração dos Direitos da Criança, que teve como alicerce o interesse superior pela criança, de forma que em 1959, é adotado por unanimidade a Declaração dos Direitos da Criança.

A Declaração garante às crianças, sem qualquer exceção, todos os direitos enunciados na própria declaração; oportunidades e facilidades para propiciar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sadia e em condições de liberdade; o direito a um nome e a uma nacionalidade, a partir do nascimento; os benefícios da previdência social, incluindo alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas; em situações de crianças portadoras de deficiência, seja qual for, o direito a receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos por sua condição peculiar; o desenvolvimento em um ambiente de afeto e segurança e, sempre que possível, sob os cuidados e a responsabilidade dos pais, nos casos de crianças carentes de família é de obrigação da sociedade e das autoridades públicas propiciar cuidados especiais às crianças; a receber educação; a figurar entre os primeiros a receber proteção e socorro, em caso de emergência pública; a proteção contra todas as formas de negligência, crueldade e exploração; e a proteção contra todos os atos que possam dar lugar a qualquer forma de discriminação.

- Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi aprovada na Assembléia-Geral das Nações Unidas em novembro de 1989, e assinada pelo Brasil em janeiro de 1990. Sua elaboração teve origem em 1979, a partir da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de forma que suas principais diretrizes encontram-se na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

A Convenção sobre os Direitos da Criança tornou-se o primeiro documento de direito internacional a conceder força jurídica aos direitos da criança. A principal divergência entre este documento e a Declaração dos Direitos da Criança consiste no ponto de a Convenção tornar os Estados, que nela fazem parte, juridicamente responsáveis pela realização dos direitos da criança, e a Declaração de 1959 impunha apenas obrigações de caráter moral.

A Convenção de 1989 definiu a criança como toda pessoa de até dezoito anos incompletos, sem diferenciação para a adolescência. O documento apresenta, dentre seus cinquenta e quatro artigos, princípios fundamentais com relação à infância, como: direito à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção; o direito à convivência familiar e comunitária; a proteção integral da criança; e a prioridade imediata para a infância. O documento define direitos e obrigações relativos aos infantes, de forma a reconhecer que a criança apresenta condição diferenciada de desenvolvimento, devido à razão de não ter amadurecido plenamente a sua personalidade e estar em processo de formação, tanto no aspecto físico quanto psíquico, intelectual, moral e social. Trata-se de uma pessoa em processo de fortalecimento de suas potencialidades, com maior vulnerabilidade e que, por esse motivo, necessita de maior proteção.

O Brasil deixou de apresentar, ao longo dos anos, relatórios sobre as medidas adotadas para efetivar os direitos reconhecidos à infância pelo documento. Azambuja (2011) afirma que o Brasil só entregou um relatório, este com onze anos de atraso, e os demais, que deveriam ser apresentados a cada cinco anos, nunca foram entregues.

2.3.2 Legislação Brasileira e o Estatuto da Criança e Adolescente

No Brasil, no século XX, emergiram leis para promover a defesa dos direitos da criança e do adolescente, de forma que em 1980, impelido pelo cenário internacional, começou o fortalecimento da doutrina de Proteção Integral à Criança. O movimento que promoveu a elaboração da emenda popular denominada “criança, prioridade nacional”, que registrou 1,5 milhão de assinaturas, impulsionou a criação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à

saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Em 13 de julho de 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069), definindo que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Após a aprovação do ECA outras leis de proteção à infância e adolescência foram colocadas em vigor, como a Nova Lei de Adoção (nº 12.010/09) e a Lei nº 12.015/09, que inseriu o tipo penal “estupro de vulnerável”.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmam-se os direitos desse infante, o qual historicamente foi exposto a inúmeras formas de violência. O ECA regula que nenhuma criança poderá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido, na forma da lei, qualquer atentado aos seus direitos fundamentais. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe no Art. 3º que:

[...] a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, ECA, 1990).

Azambuja (2011) relata que a violação dos direitos fundamentais das crianças significa uma negação da própria dignidade da pessoa humana. Furniss (1993) apresenta a transição da compreensão do ser criança, este que começa a ser entendido como um ser em condição especial de desenvolvimento, dependendo de maior proteção devido à sua vulnerabilidade, já que necessita de um adulto para cuidados físicos, emocionais, cognitivos e sociais devido à sua falta de maturação biológica.

O artigo 227 da Constituição Federal do Brasil em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente, criou um sistema especial de proteção dos direitos da criança e do adolescente, com a doutrina de Proteção Integral. O artigo 227 da Constituição Federal dotou à infância e adolescência como prioridade absoluta. O Estatuto da Criança e do Adolescente determinou de maneira diferenciada, as inúmeras ocasiões em que as crianças devem ser protegidas, afirmando a base humanitária da doutrina da proteção integral. Nakatani (2012), estudando Mario L. Ramidoff (2008) relata que, com o advento do Estatuto Protetivo:

Todas as pessoas que se encontrem na peculiar condição de desenvolvimento de suas personalidades são detentoras de direitos individuais e garantias fundamentais constitucionalmente assegurados e instrumentalmente operacionalizados através da mencionada codificação especial que deve ser implementada a partir da interpretação orientada pela doutrina da proteção integral, enquanto opção política adotada e (re)alinhamento com a diretriz internacional dos direitos humanos da criança e do adolescente (NAKATANI, 2012, p. 11)

Observa-se, com o advento da doutrina da proteção integral, uma mudança na organização jurídica do país, havendo alterações nas normas das legislações anteriores, de forma a reconhecer os direitos fundamentais desses novos sujeitos de direitos e a aplicação de penalidades quando da violação das garantias constitucionais. Apesar da evolução das leis de proteção à infância, apenas as legislações mostram-se insuficientes para superar o histórico de violência e descaso aplicado às crianças. As leis não garantem a execução dos direitos destas, a infância, não só brasileira, mas mundial, necessita da efetivação de seus direitos. Nakatani (2012) ainda sobre a óptica de Ramidoff (2008) afirma que para a doutrina da proteção integral se efetivar:

A criança e o adolescente devem ser identificados como sujeitos de direito à proteção integral, vale dizer, a ter direitos individuais, de cunho fundamental, com prioridade absoluta no tratamento (cuidado) e principalmente no orçamento, isto é, na dotação orçamentária privilegiada de recursos públicos para atendimento das políticas públicas paritárias e democraticamente estabelecidas nos Conselhos dos Direitos (NAKATANI, 2012, p.11).

3 ABUSO SEXUAL INFANTIL

O abuso sexual infantil é considerado um grave problema de saúde pública, primeiramente por sua alta incidência epidemiológica, e também por seus efeitos negativos no desenvolvimento do indivíduo e seu impacto deletério na sociedade, tornando-se uma emergência de saúde silenciosa. A Organização Mundial de Saúde (1999) considera o abuso sexual infantil como a forma mais cruel de infração aos direitos da criança e do adolescente, definindo o mesmo como:

Abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (World Health Organization - WHO -, 1999, p. 15).

Muitas são as definições dadas ao abuso sexual infantil, que diferem de acordo com as circunstâncias envolvidas. Este pode se diversificar entre ações que envolvem contato sexual com ou sem a penetração e também em situações que não envolvem o contato sexual em si, como o voyeurismo e exibicionismo. Nakatani (2012, apud SCOBERNATTI, 2005) define abuso sexual como:

Qualquer interação, contato ou envolvimento da criança ou adolescente em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras legais da sociedade. [...] significa todo ato ou relação sexual erótica, destinada a buscar prazer sexual. A gama de atos é bastante ampla abrangendo atividades: sem contato físico – voyeurismo, cantadas obscenas, etc.; com contato físico, implicando graus diferentes de intimidade que vão dos beijos, carícias nos órgãos sexuais até cópulas (oral, anal, vaginal); sem emprego da força física; mediante emprego da força física (NAKATANI, 2012, p. 14).

Kristensen (1998), estudada por Nakatani (2012), define violência sexual como “todo ato ou jogo sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. Furniss (1993) abrange a questão do uso de poder e coerção do agressor para definir o abuso, onde a vítima não apresenta compreensão da atividade sexual, ultrapassando os limites do direito humano.

“A exploração sexual das crianças” refere-se ao envolvimento sexual de crianças e adolescentes dependentes, imaturos (...) em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um

consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares. (FURNISS, 1993, p. 180, grifo nosso)

A violência sexual praticada contra as crianças é permeada pela coação que o agressor exerce sobre a vítima, ou seja, existe um agressor em posição de autoridade e uma criança que, se encontra em uma fase de desenvolvimento inferior à do perpetrador, onde encontra-se impossibilitada de compreender qualquer contato sexual. Compreende-se que há uma relação de poder na implicação do abuso, onde o poder é usado de forma violenta, caracterizando uma relação de dominação, assim a relação violenta nega os direitos da vítima. Gabel (1997, p.10) aponta que nesse tipo de abuso existe uma disfunção em alguns níveis, onde há: a dominação que o adulto (grande e forte) tem sobre a criança (pequena e fraca); a segurança que a criança tem no adulto; e o uso mal intencionado da sexualidade. Corroborando com seu pensamento Habigzang (2005) afirma que:

“Esta forma de violência pode ser definida como qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador” (HABIGZANG, 2005, p. 1).

O abuso sexual infantil apresenta-se como uma violência, transgredindo regras e leis, sociais e judiciais. Amazarray e Koller (1998) ao estudarem Finkelhor e Hotaling (1984) explicam que os autores apresentam fatores como tipos de coerção e diferenças de idade para caracterizar um abuso sexual. Entretanto, em contraposição às diferenças de idade, deve-se levar em consideração o uso de força e abuso de poder, ao se julgar uma violência sexual. Os teóricos indicam ainda que para tentar traçar com eficácia a definição da violência sexual infantil é imprescindível destacar a habilidade do sujeito de consentir para participar de determinada ação. Torna-se importante destacar “habilidade para o consentimento”, pois uma criança não tem condição maturacional de definir os limites de uma relação abusiva, a mesma ainda não adquiriu maturidade suficiente para discriminar uma atividade sexual, isentando-o de qualquer responsabilidade no estabelecimento da relação.

Para compreensão dos conceitos de abuso sexual, é importante o conhecimento das diferentes classes de abuso. Há quem diferencie abuso sexual e estupro, onde o primeiro está relacionado à violência praticada por uma pessoa responsável pela criança, definida ainda como incesto; enquanto o segundo é a

agressão sexual de alguém que não é responsável pela criança (AMAZARRAY; KOLLER, 1998 apud DEPANFILIS; SALUS, 1992). Entre outras formas de abuso se incluem a participação infantil em pornografia e prostituição, caracterizando-os como exploração sexual, onde está se diferencia do abuso no seu objetivo, sendo realizada para fins comerciais. Torna-se importante ainda citar a pedofilia que constitui-se como outro tipo de abuso, este é considerada um distúrbio sexual diagnosticado pelo DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994), determinando sua definição:

"Por um período de ao menos 6 meses, intensas fantasias sexualmente excitantes, impulsos sexuais recorrentes, ou comportamentos envolvendo atividade sexual com uma criança pré-púbere. A pessoa tem ao menos 16 anos de idade e ao menos cinco anos mais do que a criança. Para indivíduos no final da adolescência, não se especifica a diferença precisa de idade, e deve ser usado o julgamento clínico; tanto a maturidade sexual da criança como a diferença de idade devem ser levadas em conta." (American Psychiatric Association, 1994, p. 527-528).

A compreensão das diferentes classes é necessária, pois as diferenças podem estar relacionadas à diferentes locais e situações, podendo mudar de país para outro ou até mesmo dentro do próprio país.

3.1 Incidência Epidemiográfica

A violência sexual perpetrada contra crianças é identificada na maioria das civilizações ao longo da história. Segundo Hayeck (2009), o imperador Romano Tibério tinha desejo sexual com crianças, de forma a tomá-las para realizar seus desejos, havendo ainda relatos de incestos praticados por outros imperadores romanos. De forma que até 1950, havia pouca produção à respeito do tema. Hoje, a atenção destinada ao abuso sexual infantil, tem crescido tanto no meio acadêmico quanto na mídia, apesar da crescente, ainda há um tabu com relação a temática, tornando os trabalhos desenvolvidos desorganizados.

Em todo o mundo, existe certa dificuldade em divulgar dados específicos sobre a incidência do abuso sexual infantil, pois a maioria dos casos permanecem silenciados, de forma que as estatísticas oficiais que são apresentadas, não correspondem à real incidência do abuso. O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2014), em seu relatório "**Ocultos à Plena Luz**", faz a estimativa que haja, no mundo todo, cerca de 120 milhões de meninas com menos de 20 anos de

idade (aproximadamente uma em cada dez) que foram obrigadas a ter relações sexuais ou a praticar outros atos sexuais. O UNICEF é um programa que oferece apoio, tanto financeiro quanto técnico, para promover ações que permitam melhorar as situações de vida das crianças e adolescentes em situações de risco, atuando no Brasil desde 1950.

O abuso sexual infantil, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003) se destaca entre os maiores problemas de saúde pública. Os índices, apresentando apenas os casos denunciados, são alarmantes, já que os estudos da OMS (2003) relatam que 7-36% das meninas e 3-29% dos meninos já sofreram abuso sexual. Um estudo epidemiológico, incluindo 21 países, desenvolvido por Finkelhor em 1994, concluiu que o abuso sexual infantil é um problema mundial, pois em todos os países pesquisados identificou-se um número alto de abuso sexual, sendo possível reconhecê-lo em uma amostra de 100 pessoas. O National Committee for the Prevention of Child Abuse, em suas estimativas, afirma que em cada ano são registrados entre 150.000 a 200.000 casos de abuso sexual infantil (AMAZARRAY; KOLLER, 1998 apud KAPLAN; SADOCK; GREBB, 1997).

Nos Estados Unidos, foram desenvolvidas pesquisas que constataram, em uma amostra de 935 pessoas, que 32,3% das mulheres e 14,2% dos homens sofreram violência sexual na infância (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005 apud BRIERE; ELLIOTT, 2003). No Brasil, no ano de 2011, foram registrados 10.425 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, destes 83% eram vítimas do sexo feminino. Segundo a pesquisa, a violência sexual apresenta-se como o segundo maior tipo de violência praticada contra a criança, com 19,9% dos casos, perdendo apenas para a física, com 40% (WAISELFISZ, 2012).

O LACRI (2007) em seus estudos afirma que o Brasil não apresenta estatísticas oficiais sobre as situações de violência contra crianças e adolescentes, de forma que os dados apresentados representam apenas o número de casos denunciados. A OMS (2003) corrobora com essa informação, relatando que a violência praticada contra as crianças apresenta poucos dados estatísticos, devido, principalmente ao silêncio aplicado sobre essa questão.

A maioria dos casos de abuso permanecem encobertos, dificultando a exposição dos dados, de forma que esses casos não são revelados pois perpassam diversas questões, como os sentimentos de culpa e vergonha experienciados pela criança, além da falta de conhecimento das mesmas. Ainda pode-se destacar a

dificuldade dos profissionais da saúde em identificar e denunciar o abuso; a dinâmica familiar, envolvendo o medo da destruição da família; e a dificuldade de se apresentar evidências físicas do abuso nos tribunais (AMAZARRAY; KOLLER, 1998). Essa dificuldade em descrever e colocar em números o abuso sexual infantil, levam a projetos que priorizam apenas as consequências do abuso e não procuram identificar as causas, permitindo assim a implementação de ações preventivas.

A violência sexual ultrapassa o direito do outro, violando a dignidade humano e o abuso sexual praticado contra crianças é uma violação dos seus direitos. A Constituição Federal (1998), no artigo 227 e o ECA definem a infância como classe especial, necessitando de proteção integral, por parte da família, sociedade e poder público. Diante do exposto, a violência sexual desrespeita os direitos inerentes à infância.

No Brasil, o enfrentamento da violência sexual infantil ocorre no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, desenvolvido em no ano 2000. O projeto foi elaborado em um encontro nacional, com participação da sociedade civil, instituições governamentais e não governamentais, além dos órgãos internacionais. O plano tem a finalidade de implementar ações para assegurar a proteção às crianças e adolescentes em situações de risco de abuso sexual apresentando seis eixos estratégicos:

Análise da Situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas.

Mobilização e Articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos e etc.

Defesa e Responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.

Atendimento - garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.

Prevenção - assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.

Protagonismo Infanto-juvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos. (Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2013).

Os projetos internacionais de proteção à infância se traduzem em medidas no plano nacional. Enquanto os planos governamentais brasileiros, apesar de bem estruturados, apresentam-se com ações pouco resolutivas, além de se destinarem recursos escassos para implementação dos objetivos. (United Nations Secretary, 2006)

3.2 Violência Sexual Intrafamiliar x Extrafamiliar

O abuso sexual infantil pode ser praticado tanto em ambiente extrafamiliar quanto intrafamiliar. O abuso extrafamiliar é aquele que ocorre fora do contexto doméstico, onde o perpetrador não faz parte do círculo familiar da vítima. Por outro lado, os dados disponibilizados pelo sistema de “Vigilância de violências e acidentes em serviços sentinelas de urgência e emergência: inquéritos” (VIVA, 2006 e 2007) revelam que há maior incidência de violência praticada contra a criança no meio familiar, contradizendo o papel protetor que a família deveria exercer.

As pesquisas explicitadas por Habigzang e Caminha (2004) corroboram ao evidenciar que a maior parcela dos casos de maus-tratos à criança ocorre dentro do ambiente doméstico. Quando o abuso é cometido dentro desse âmbito por pessoas com laços afetivos ou de parentesco, incluindo pessoas próximas da família e com a qual a criança mantém relação socioafetiva, é considerado intrafamiliar.

A família dentro da sociedade brasileira sempre foi vista como centro formador e socializador do homem, tendo papel primordial no desenvolvimento afetivo e moral das crianças, de forma que na legislação brasileira indica-se que a família é responsável pela proteção e segurança dos filhos, garantindo-lhes um crescimento saudável. Contrapondo todos esses deveres, a sociedade não só brasileira, mas mundial, tem apresentado um alto índice de violência sexual intrafamiliar. Assim para Nakatani (2012, apud FALEIROS; CAMPOS) o abuso sexual infantil:

Deturpa as relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças, ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas; confunde, nas crianças e adolescentes violentados, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais, o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; inverte a natureza das relações adulto/criança e adolescente

definidas socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas; desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; dependentes em lugar de libertadoras; perversas em lugar de amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras; confunde os limites intergeracionais (NAKATANI, 2012, p.16).

O abuso sexual intrafamiliar, segundo Habigzang et al (2008) é perpetrado por pessoas próximas afetivamente da criança, podendo ter laços sanguíneos ou não, e que exercem papel responsável sobre eles. Nakatani (2012) aponta que aproximadamente 80% dos casos de abuso praticados contra o infante, ocorrem por familiares ou pessoas próximas da família. De maneira corroborativa, Simon (2009) destaca que cerca de 2/3 das pessoas que sofrem estupro conhecem o agressor, no entanto grande parte dos casos é mantida em sigilo, principalmente quando a vítima é criança.

O abuso intrafamiliar é perpassado por inúmeros fatores que prejudicam a denúncia e apuração dos casos, como os tabus gerados em torno da questão, além do medo do escândalo e destruição da família, de forma que a escassez das denúncias prejudica a compreensão completa dos casos de abuso sexual envolvendo crianças e prejudicando o planejamento adequado de políticas públicas.

Segundo Simone de Assis (2004) as crianças que sofrem violência sexual estão em situação de risco, pois podem ter seu desenvolvimento afetado, sua autoestima e capacidade de desenvolver relações interpessoais prejudicadas, principalmente quando perpetrada pelas pessoas em quem a criança tem confiança e que espera receber amor e respeito.

A violência intrafamiliar ocorre muitas vezes sem a utilização da força física, de forma que o agressor se aproxima sutilmente para ganhar a confiança da vítima, onde o mesmo se aproveita da relação de confiança estabelecida e da inocência da criança, de forma que o abuso que é realizado sem a utilização da ameaça ou força física é chamado de “abordagem suave” (Nakatani, 2012). No entanto, a violência ainda pode ser praticada através do uso da força e de persuasão, assim o perpetrador utiliza-se da relação de poder e ameaça para silenciar a criança.

O perpetrador utiliza-se da relação de confiança estabelecida com a criança para aproximar-se, e esta pode entender a aproximação como forma de demonstrar carinho, então a criança sente-se feliz pela atenção do outro. O abusador transmite a ideia de que as ações dele são naturais do relacionamento. A

criança, no início, não compreender as atitudes abusivas do adulto, e quando as “carícias” tornam-se mais intensas e abusivas, esta começa a ver essas ações como “anormais”, no entanto o agressor, utilizando-se da sua imaturidade, inverte os papéis, fazendo a mesma acreditar que é culpada pelo abuso por ter aceitado as carícias, assim a criança muitas vezes nega a agressão para não ser responsável pela destruição da família (AZAMBUJA, 2011).

O abuso intrafamiliar propicia o pacto de silêncio que é imposto sobre a criança, tanto por fatores externos quanto internos, como relação aos elementos externos tem-se o descrédito na criança por parte dos adultos, e entre os fatores internos identifica-se o medo do infante de perder o carinho do agressor, temor em ser considerada culpada ou sofrer agressões, estes fortalecidos pelas ameaças do abusador. Para exigir o silêncio da criança, o perpetrador faz ameaças à vítima e às pessoas que ela ama (PFEIFFER, 2004). O agressor utiliza-se, muitas vezes, de críticas para depreciar e diminuir a criança, fazendo-a acreditar que não possui qualidades, assumindo o controle sobre ela. Assim, quanto mais próximo for o agressor, torna-se mais difícil para a criança falar sobre o assunto e a violência tem consequências mais danosas (ROMERO, 2007 apud FLORES; CAMINHA, 1994).

O infante pode apresentar confusão e perturbação sobre seu sentimento pelo agressor, uma vez que este dá presentes para ela, como forma de silenciá-la. Furniss (1993) demonstra que as crianças no processo de abuso sexual intrafamiliar podem apresentar um forte apego ao agressor no sentido dessa ser a única forma de atenção que a mesma recebe daquele de quem supõe-se carinho e cuidado, observando-se principalmente em famílias que tem o pai como o único progenitor.

O sentimento ambivalente experienciado pela criança, também encontra-se presente muitas vezes nas mães, influenciando negativamente no processo de denúncia, de forma que mesmo conscientes da violência, silenciam-se com a intenção de manter a estabilidade familiar ou por medo da condenação, ou por outras razões que só a dinâmica familiar pode esclarecer, como por exemplo: situações que a mãe ao saber do abuso coloca a filha como sua oponente e a responsabiliza pela violência. Então Furniss (1993) declara que “quando as crianças tentam indicar abertamente que está acontecendo abuso sexual, [as mães] ou desconsideram essas declarações ou não levam a sério suas filhas e filhos, embora possam tomar medidas para desmentir as alegações”.

A violência gera na criança sentimentos de insegurança e medo, onde muitas vezes sente-se desprotegida pela mãe, que permitiu o prosseguimento do abuso e acredita que ninguém acreditará nela, sente-se ainda envergonhada, de forma que todos esses fatores contribuem para manter o silêncio da criança.

Amazarray e Koller (1998) evidenciam a existência do abuso sexual familiar sistêmico, onde a criança é vitimizada e o abuso ocorre no seio da família, e nesse caso há mais de um agressor. Frequentemente os pais são os perpetradores, ou encorajam o abuso. Muitas vezes, nessa categoria de violência, a criança atinge a idade adulta sem compreender o comportamento como abusivo.

Nogueira (2009) em seus estudos constatou que o abusador, na maior parte dos casos intrafamiliares, é alguém do sexo masculino, entre eles: o pai, padrasto, tio, primo, avô, parentes, vizinhos e professores. Amazarray e Koller (1998) em suas pesquisas afirmam que o perpetrador mais frequente no abuso intrafamiliar é o pai ou padrasto da criança. Concordando com as pesquisas, Cohen (1993) em seu trabalho sobre o incesto em São Paulo, identificou o pai em 41,6% dos casos de abuso, posteriormente o padrasto com 20,6%, o tio com 13,8%, o primo com 10,9% e por fim o irmão com 3,7%.

Com relação aos perpetradores, no caso do abuso intrafamiliar, alguns fatores de risco têm sido observados. Habigzang et all. (2005) apud Koller & De Antoni (2004) destacam: pai e/ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem; abuso de álcool e outras drogas; papéis sexuais rígidos; falta de comunicação entre os membros da família; autoritarismo; estresse; desemprego; indiferença; mãe passiva e/ou ausente; dificuldades conjugais; famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta); isolamento social; pais que sofrem de transtornos psiquiátricos; doença, morte ou separação do cônjuge. Torna-se importante levar em consideração as histórias de vida dos pais, já que grande parte dos pais agressores apresentam marcas de maus-tratos na sua infância e não têm repertório e conhecimento sobre o cuidado de crianças.

Hiebert-Murphy (1988) anos antes, havia constatado o mesmo que Koller & De Antoni (2004), onde concluiu que grande parte das mães de crianças que sofreram violência sexual, também foram vítimas de abuso sexual, na infância. Assim apresentam-se em fator de risco para relacionar-se com homens abusivos e fortalecer o ciclo da violência. Pode-se compreender que o ciclo do abuso sexual

infantil está relacionado ao histórico familiar de cada membro da família, determinando assim o silêncio da vítima e dos outros membros da família.

Segundo Romero (2007) apesar do ciclo de violência sexual poder ocorrer em qualquer família, existem algumas que apresentam um perfil de risco maior, de forma que o abuso pode estar relacionado às classes sociais mais baixas e com famílias marcadas pelo alcoolismo parental, abuso de drogas, doenças psiquiátricas e violência doméstica.

Identificar a violência sexual infantil intrafamiliar é um processo complexo com inúmeras dificuldades, já que ocorre em ambiente familiar, mantendo-se na maior parte das vezes de maneira sigilosa, contribuindo para perpetuação da impunidade dos agressores. Para Furniss (1993) é necessário um trabalho multidisciplinar nos casos de violência sexual infantil, por abranger inúmeros fatores envolvidos. Tornando-se necessárias três categorias de intervenção: a punitiva (para o agressor), a protetora e a terapêutica (para a vítima e família), garantindo assim a possibilidade da instalação de um sistema familiar saudável.

O abuso sexual extrafamiliar ocorre fora desse ambiente familiar, onde o perpetrador é em grande parte das vezes alguém com quem a criança tem contato, como por exemplo vizinhos, amigos da família, professores, padres/pastores, médicos etc, no entanto pode ainda ser praticado por pessoas desconhecidas, como nos casos de pornografia e exploração sexual (Habigzang *et al.*, 2008). Assim o abuso sexual extrafamiliar apresenta alto índice de ocorrência, apesar de não indicar a mesma frequência que o abuso intrafamiliar, sendo possível evidenciar a violência em escolas e ambientes grupais, onde os responsáveis pelas crianças nesses lugares são os principais agressores (AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

Quando o agressor é conhecido da família, este tem contato com a criança em situações em que encontra-se com o círculo familiar, alcançando assim confiança tanto por parte dos pais quanto por parte da criança. Jin Huh e Cavalini (2011) explicita que somente após “ganhar” a amizade e confiança da criança este realiza a violência sexual. Para garantir o silêncio da vítima, o perpetrador faz uso de ameaças e a criança na maioria das vezes sente-se culpada e por não querer perder a amizade silencia-se.

Os pais apresentam reações diferentes com relação aos abusos ocorridos no ambiente extrafamiliar. Na violência praticada fora do âmbito familiar, os pais apresentam enorme preocupação com as consequências físicas e psicológicas do

abuso para a criança, e no caso de haver outros filhos, há um cuidado no manejo para compreender se os outros filhos também sofreram abuso. Os pais dedicam-se a proteger a criança para evitar novas situações abusivas, além de procurarem apoio psicológico através de aconselhamento ou terapia. Esses pais apresentam sentimentos de culpa e perda do controle. Já nos casos de abuso intrafamiliar os pais estão mais preocupados com a negação do ocorrido e nas suas formas de defesa (FURNISS, 1993).

Torna-se importante fornecer para a criança a possibilidade de ressignificar o abuso e não repetir sua história através da vitimação de outros. Surge assim a necessidade do trabalho multiprofissional no processo de restabelecimento e relocação dos papéis familiares.

3.3 Consequências do Abuso Sexual no Desenvolvimento Infantil

As situações de violência têm consequências nocivas ao desenvolvimento infantil. O indivíduo se desenvolve a partir de suas relações com o meio e com os outros, nos casos de abuso sexual nesses primeiros anos, há uma deturpação dos valores morais e de caráter dessa criança, onde ao não ser respeitado não aprende a respeitar a si mesmo e nem ao outro, perpetuando a violência.

Estudos atuais sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes revelam as consequências negativas que essa forma de violência acarreta no desenvolvimento das vítimas. As crianças abusadas sexualmente podem ser afetadas de diferentes maneiras, de forma que algumas apresentam efeitos mínimos, podendo até não apresentar nenhuma consequência, ou podem desenvolver graves problemas emocionais, psíquicos ou sociais. Nos casos em que o infante não apresenta efeitos visíveis deve-se compreender que embora não apresente algum dano atual, este encontra-se em estado de risco, podendo exibir ou não algum sintoma no futuro.

Tanto o abuso extra quanto o intrafamiliar podem produzir efeitos negativos ao desenvolvimento do indivíduo. Mas no caso do intrafamiliar essas consequências podem ser mais devastadoras, por se apresentar no ambiente onde a criança deveria receber proteção e segurança, havendo uma quebra da confiança da criança com essas pessoas, além de ser obrigada a conviver diariamente com a violência. Assis (2004) completa:

A violência cometida por pessoas de quem a criança espera amor, respeito e compreensão é um importante fator de risco que afeta o desenvolvimento da autoestima, da competência social e da capacidade de estabelecer relações interpessoais, potencializando a fixação de um autoconceito negativo e uma visão pessimista do mundo (ASSIS, 2004, p. 2).

Ao analisar as consequências criadas pela violência sexual deve-se levar em consideração um conjunto de fenômenos relacionados à criança, ao seu ambiente e ao tipo de agressão sofrida. Aspectos relacionados a cada um desses fatores vão contribuir de forma determinante à maneira com a qual a criança responderá ao abuso. Essas consequências podem perdurar por um longo tempo na vida dessas vítimas e podem ser agravadas se não houver intervenção adequada que transmita compreensão e apoio a esta criança.

Amazarray e Koller (1998) identificam que as consequências do abuso podem ter efeitos psicológicos, físicos e comportamentais. As consequências para Gabel (1997) são inúmeras e podem ser perpétuas, dependendo da situação envolvida, pois as cicatrizes deixadas pela violência estão relacionadas a alguns fatores: como a vulnerabilidade, a idade da criança, a repetição, o tipo de abuso ou o silêncio da criança.

Segundo Furniss (1993) as consequências do abuso e seus danos estão relacionados a alguns fatores como: a idade da criança no início do abuso, onde para este não há ainda comprovação de qual idade acarreta maior dano, no entanto Gabel (1997, apud VAN GIJSEGHEM, 1985) afirma que “quanto mais cedo ocorreu o incesto, maior o risco de que as feridas sejam irreversíveis, particularmente ao nível da identidade”; a duração do abuso, onde comprova-se que quanto maior a permanência da violência pior serão os efeitos ao desenvolvimento da criança; o grau de violência, pois o uso da força pelo agressor torna o abuso mais danoso; a diferença de idade entre o abusador e a vítima, de forma que a diferença maior entre as idades pode produzir mais efeitos prejudiciais; o nível de relação entre ambos, assim quanto maior a intimidade entre ambos piores serão as consequências; e a ausência de figuras parentais protetoras, sem o apoio destes o prejuízo é agravado. Outros fatores ainda podem ser considerados, como o tipo e atividade sexual, a reação da família, a saúde emocional da criança, o grau de segredo e de ameaças contra esta e a responsabilização da vítima pela interação sexual.

Ao tratar-se do trauma resultante do abuso sexual infantil, é importante entender o contexto no qual ele acontece, como a criança é vista no meio familiar, sua maturidade fisiológica e psicológica, o impacto do abuso após a denúncia, as reações dos conhecidos e as decisões judiciais (GABEL, 1997). Outros autores retratam a importância do conhecimento desses fatores na reelaboração do abuso, como Wright e Scalora (1996) estudados por Amazarray e Koller (1998), evidenciando outros elementos: a saúde psicológica prévia da criança, de forma que quanto mais sadio seu emocional menor serão os efeitos; o tipo de atividade sexual, onde as ações mais abusivas como a penetração acarretam em danos mais severos; reação da família e conhecidos à violência, de forma que quando não há suporte por parte destes os efeitos negativos são maiores e culpabilidade da criança pelo abuso.

Gabel (1997) destaca que há enorme dificuldade para se compreender as reais consequências do abuso sexual infantil na vida adulta da vítima, pois não há estudos prospectivos sobre o tema, o que se tem são relatos de adultos que sofreram a violência quando crianças. A partir dos casos clínicos e poucas pesquisas propõe-se o estudo mais aprofundado das sequelas, de forma a identificar-se alguns sintomas gerais.

Existem casos em que a violência produz consequências explícitas como a lesões genitais, as lacerações e as infecções, de forma que com a necessidade da hospitalização é possível prover para a criança uma intervenção imediata e através dos sintomas se identificar a causa. Nestas situações, não há dados específicos à respeito de como se portaram após o trauma, pois os pais ou responsáveis por acreditarem que com a pouca idade a criança logo esquecerá, não procuram ajuda psicoterápica (GABEL, 1997)

Autores como Kendall-Tackett, Williams, e Finkelhor (1993) ao estudarem as consequências do abuso sexual infantil fizeram uma divisão de acordo com as idades, a pré-escolar (0 a 6 anos), a escolar (7 a 12 anos) e a adolescência (13 a 18 anos). Para os autores, nas crianças em idade pré-escolar os sintomas mais frequentes são: ansiedade, pesadelos, transtorno de stress pós-traumático e comportamento sexual inapropriado; já entre as crianças de idade escolar, entre os sintomas identifica-se: o medo, distúrbios neuróticos, agressão, pesadelos, problemas escolares, hiperatividade e comportamento regressivo. Corroborando, Gabel (1997) explicita:

As perturbações do sono são constantes e traduzem a angústia de baixar a guarda e ser agredido sem defesa; observa-se a recusa das crianças menores em ir deitar-se, agarrando-se ao adulto não implicado; do mesmo modo, observam-se rituais de averiguação, de prevenção ao colocar em torno da cama objetos que possam fazer barulho caso alguém se aproxime; certas crianças dormem completamente vestidas. O despertar angustiado durante a noite também é muito frequente e se manifesta sob a forma de pesadelos. Em geral, ao menos temporariamente, ocorre o prejuízo das funções intelectuais e criadora. A criança para de brincar, desinteressa-se dos estudos, fecha-se em si mesma, torna-se morosa ou inquieta (GABEL, 1997, p. 67)

Torna-se importante compreender não apenas os efeitos do abuso sexual a curto-prazo, mas também aqueles que vão se manifestar com o passar do tempo, que são aqueles desenvolvidos a longo-prazo. Pensando nisso, Amazarray & Koller (1998 apud BROWNE; FINKELHOR, 1986) ao estudarem a literatura sobre o assunto dividiram as consequências da violência em fatores desencadeantes a curto e longo prazo. Nos efeitos primários destaca-se: medo, depressão, ansiedade, raiva, hostilidade e comportamento sexual inapropriado. Gabel (1997) dá ênfase a este comportamento sexual das crianças abusadas, afirmando que em crianças pequenas há um direcionamento para o voyeurismo e o exibicionismo. Pode-se ainda identificar brincadeiras sensuais com bonecas, masturbação em público, pedidos de cunho sexual para outras crianças ou adultos, entre outros comportamentos. Os desenhos e as brincadeiras com bonecos podem ser compreendidos como uma forma que a criança encontra de exteriorizar o abuso

Entre os efeitos a curto-prazo, pode apresentar-se o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Dentro do TEPT é possível se identificar comportamentos de reexperimentação da violência através de lembranças, sonhos, angústia; pode experimentar-se ainda a fuga dos sentimentos, transtorno da memória, vazio existencial; ou ainda transtornos do sono, irritabilidade, hipervigilância e dificuldade de concentração (ROMERO, 2007).

Entre os efeitos a longo-prazo se destacam os comportamentos sexuais conflituosos, como o desejo compulsivo pela atividade sexual, confusão sobre sua identidade e desejo sexual, impotência, pouca satisfação no ato sexual ou evitação do sexo (AMAZARRAY; KOLLER, 1998). Segundo Romero (2007) identificam-se fobias, depressão com ideias suicidas, isolamento, sentimentos de culpa, ansiedade, dificuldades alimentares, distúrbios sexuais, drogadição e alcoolismo, além de reedição da violência. Há ainda consequência com relação ao comportamento

interpessoal da vítima como o retraimento social, com dificuldade de desenvolver e manter intimidade relacionamentos com outras pessoas e a possibilidade de se tornarem vitimizadores de outras crianças, reiniciando o ciclo do abuso (AMAZARRAY; KOLLER, 1998). De forma que Pfeiffer e Salvagni (2005) explicam que as vítimas da agressão sexual ao buscarem uma forma de defesa podem identificar-se com o agressor para conseguir suportar a violência, repetindo assim a vitimização.

Entre outros efeitos identificam-se: depressão, comportamento autodestrutivo, ansiedade, sentimentos de isolamento e estigmatização, baixa auto-estima e abuso de substâncias. No entanto Gabel (1997) explicita que todos esses sintomas, ainda são incompletos, no sentido que muitos casos e situações diversas escapam ao conhecimento dos estudiosos e clínicos.

(...) a criança e o adolescente violentados sexualmente poderão sofrer consequências físicas: lesões físicas gerais, lesões genitais, gravidez geralmente problemática, DST/AIDS, disfunções sexuais e psicológicas tais como, sentimento de culpa, autodesvalorização, depressão, medo da intimidade quando adultos, tendência a prostituição e ao homossexualismo, negação de relacionamentos afetivos, distúrbios sexuais, suicídio, e problemas de personalidade e identidade. (MACHADO, 2005 apud REZENDE, 2011, p. 6).

Habigzang & Caminha (2004) destacam que as marcas e cicatrizes que o abuso sexual deixa podem influenciar negativamente na construção da identidade das vítimas e dificultar suas interações sociais. Em meio a tantos riscos torna-se importante perceber e denunciar o abuso, o mais cedo possível, pois melhor será a probabilidade de aplicar um tratamento adequado e resolver ou amenizar os danos causados.

Diante do exposto, torna-se relevante um estudo que permita realizar a caracterização das crianças que sofreram a violência sexual. A partir dos dados coletados e do trabalho, será possível revelar a importância da notificação dos casos, onde a denúncia gera maior visibilidade e permite a dimensionalidade epidemiológica, podendo ainda se pensar e discutir propostas de políticas públicas para um trabalho junto à comunidade visando diminuir a incidência dos casos de abuso sexual infantil, sendo necessário lançar um olhar para esse fenômeno de forma a ultrapassar questões do âmbito individual para tratá-lo no âmbito da Saúde Coletiva.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Ampliar a compreensão acerca do fenômeno do abuso sexual infantil, bem como caracterizar o perfil das crianças registradas pelo Centro de Perícia Técnica do Estado do Maranhão.

4.2 Objetivos específicos

Conhecer a história de compreensão do abuso sexual infantil pela sociedade ao longo dos anos;

Destacar dados epidemiológicos do abuso sexual infantil;

Traçar o perfil das crianças atendidas no centro de perícia;

Identificar o perfil dos principais perpetradores e a incidência do abuso no ambiente intrafamiliar e extrafamiliar.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa, considerando as definições de Gil (2010), se constituiu em uma abordagem de caráter descritivo, tendo como objetivo descrever as características de determinada população. O trabalho se propôs a realizar o estudo das características de crianças que sofreram abuso sexual, bem como de seu perpetrador. Leite (2008), afirma que o método descritivo utiliza os dados coletados para a produção de tabelas, com o objetivo de descrever os dados observados, e tem o propósito de resumir as informações para a obtenção de sínteses representativas.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Serão inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistêmica [...]. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. (GIL, 2010, p. 28).

5.1 Instrumentos e Técnicas de coleta de dados

Para execução do estudo foi realizada a pesquisa documental, que segundo Gil (2010), utiliza-se da consulta de materiais internos a uma organização. Nesse sentido, temos como procedimento técnico a pesquisa documental de materiais cedidos pelo CPTCA. “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] É uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p. 1-2).

5.2 Amostra

A pesquisa foi realizada a partir de dados organizados em planilha eletrônica pelos psicólogos atuantes no próprio CPTCA, de forma a estudar crianças, menores de 12 anos, vítimas de violência sexual no Estado do Maranhão, através de variáveis como: gênero, faixa etária, renda familiar e relação com o perpetrador, de forma a indicar a incidência de abuso intrafamiliar ou extrafamiliar. No caso dos perpetradores foi analisada apenas uma variável, o gênero. Foi

definido um recorte para o estudo de forma a considerar os registros realizados entre os anos de 2011 a 2016.

5.3 Local de Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro de Perícias Técnicas para a Criança e o Adolescente (CPTCA). Este foi criado no mês de outubro do ano de 2004, é um órgão que integra o Centro de Proteção à Criança e ao Adolescente (CPCA), como parte do Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente, em São Luís do Maranhão. O horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8hrs às 18hrs.

O CPTCA realiza Perícia Criminal Médico Legal, Psicológica e Social, em que crianças ou adolescentes são supostamente vítimas de violência (física, sexual, psicológica e negligência). Ao iniciar seus trabalhos teve como finalidade auxiliar na investigação policial com a produção de provas periciais, oferecendo um atendimento com qualidade e eficiência. O funcionamento do órgão é previsto pelo Acordo de Solução Amistosa, assinado pelo Brasil com a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na Comarca as vítimas são adequadamente ouvidas, mediante perícia psicossocial, sendo realizada entrevista, análise e avaliação psicológica, seguindo-se da elaboração de laudo contendo descrição dos procedimentos e conclusão acerca da consistência do depoimento. Torna-se importante compreender que os casos registrados no CPTCA não refletem a realidade de ocorrência dos abusos, chegando a esse órgão apenas uma parcela da quantidade total de episódios.

5.4 Procedimentos gerais e éticos

O estudo foi iniciado a partir da autorização do diretor titular, o Dr. Robson Mourão Lopes, após requerimento formalizado (Anexo A). Durante a coleta de dados, a pesquisadora foi informada pelos responsáveis do CPTCA que ela não poderia ter acesso aos laudos psicológicos arquivados no local, devido à responsabilidade pelo resguardo da privacidade das pessoas envolvidas, que o Centro se propõe em manter. Inicialmente foram disponibilizados à pesquisadora os relatórios estatísticos do CPTCA, dos anos de 2014 e 2015 e a 2ª edição do livro escrito por parte do corpo técnico do CPTCA - Perícia psicológica de crianças e

adolescentes vítimas de violência no Estado do Maranhão: Richardson Gomes Lima da Silva, do ano de 2015. No entanto, tais documentos trazem uma visão geral dos casos que deram entrada no centro, não especificando os dados que caracterizariam o abuso sexual.

Os dados dos relatórios anuais do CPTCA apresentam os casos de violência geral praticado contra as crianças e adolescentes encaminhados para o centro, envolvendo todos os tipos de violência que as crianças podem ser submetidas, como: violências física, sexual e outros tipos (negligência, abandono, homicídio...). No entanto, torna-se importante fazer uma análise de cada tipo de agressão específica, já que cada uma tem causas, consequências e intervenções diferentes. De forma que o presente estudo se propôs a estudar a violência sexual, devido aos números alarmantes que a mesma tem apresentado ao tornar-se destaque para a OMS (2003) como um problema de saúde pública, além das consequências devastadoras no desenvolvimento da criança, como apresentado no capítulo 2 do presente trabalho.

Após identificado que as informações fornecidas não abarcavam todos os dados necessários para a pesquisa, o diretor do CPTCA foi contactado novamente, de forma que disponibilizou o acesso ao banco de dados do local, fornecendo para a pesquisadora os dados específicos requeridos. As informações obtidas foram arquivadas e analisadas com o auxílio do Microsoft Office Excel 2010 para obtenção dos dados quantitativos, de forma que os resultados encontrados foram apresentados em gráficos e tabelas e discutidos com base na literatura especializada sobre o fenômeno.

Foram coletadas informações presentes no banco de dados da CPTCA, onde realizou-se um levantamento de dados necessários aos objetivos da pesquisa, considerando os registros realizados entre os anos de 2011 à 2016. Os dados foram coletados nos meses de janeiro a fevereiro de 2017 e as variáveis abordadas foram: gênero, idade, escolaridade, renda familiar, local de ocorrência da violência e relação com o perpetrador.

5.5 Referencial de análise do material

Após a coleta dos dados foi realizada uma análise quanti-qualitativa do material, com apoio da bibliografia relacionada, construindo uma reflexão a respeito

do perfil das crianças vítimas de abuso sexual registadas no CPTCA do Estado do Maranhão, e as possibilidades de atuação dos psicólogos com medidas capazes de gerar visibilidade para a questão, abrindo portas para criação de políticas públicas de prevenção. A análise dos dados será apresentada em forma de tabelas e gráficos de forma analítica, descritiva e retrospectiva a partir de todo material coletado no decorrer da pesquisa documental. Durante a análise dos dados será levado em consideração os aspectos inerentes à natureza das informações coletadas, utilizando-se de análise estatística para quantificá-los ou mensurá-los, quando necessário, os dados serão interpretados a partir da técnica de análise de conteúdo. Bardin (2006, p. 38) afirma que a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

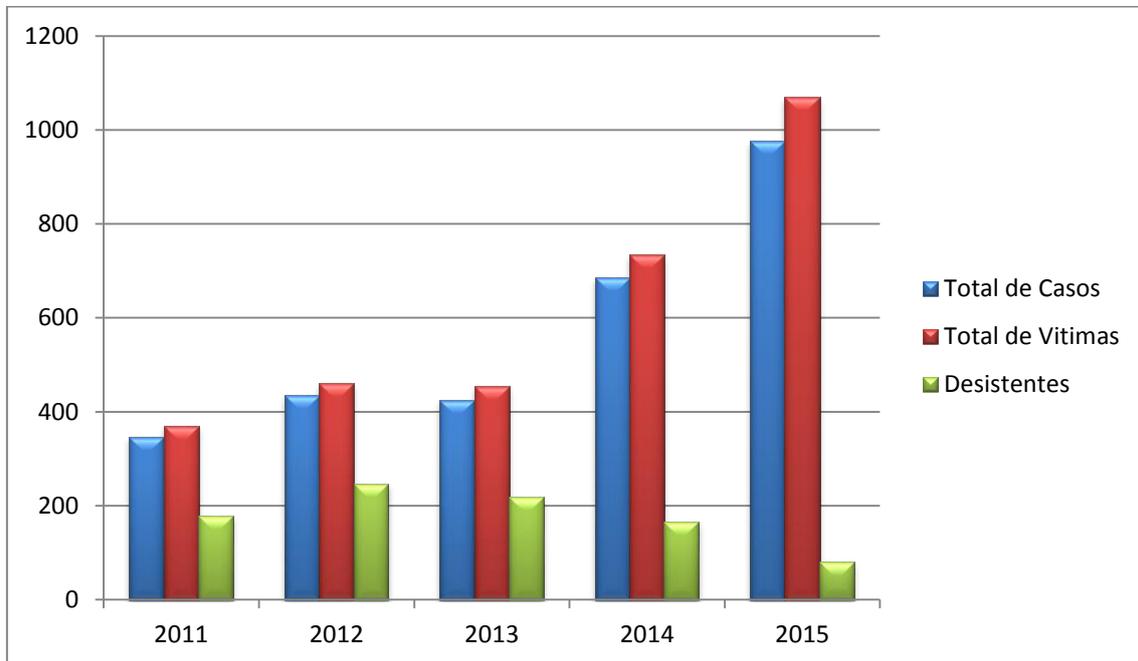
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada no CPTCA, órgão vinculado à Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente – DPCA, com o objetivo de coletar dados sobre crianças vítimas de abuso sexual registradas no Centro. O CPTCA realiza desde o ano de 2004 a escuta cuidadosa das crianças que sofreram violência sexual, realizando a perícia psicológica exigida por processo policial ou judicial.

O diretor titular, Dr. Robson Mourão Lopes, após requerimento formalizado e autorizado, disponibilizou acesso aos relatórios estatísticos do CPTCA dos anos de 2011 a 2016. Em resposta à solicitação, obtiveram-se dados que quantificaram os atendimentos realizados pelo Centro revelando atos de violência praticados contra crianças do Estado do Maranhão. Tais atos são enquadrados nos artigos 240; 241-D; 244-A e 244-B do ECA, bem como nos artigos 129; 136; 147; 213, § 1º ; 217 e 218 do Código Penal Brasileiro- CPB. O artigo 5 do ECA dispõe que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Entre os anos de 2011 a 2015 deram entrada no CPTCA 2.869 casos de violência, destes 3.089 possíveis vítimas foram encaminhadas ao centro. A diferença entre o número de casos e vítimas se dá devido à condição de em um caso existir mais de uma vítima. Observa-se no gráfico 1 que o número de denúncias aumentou gradativamente ao longo dos últimos 5 anos. Supõe-se que esse aumento ocorreu devido a um maior conhecimento por parte da população dos direitos da criança e do adolescente e também do órgão competente.

Gráfico 1 – Comparativo de Casos que deram entrada no CPTCA nos anos de 2011 a 2015.

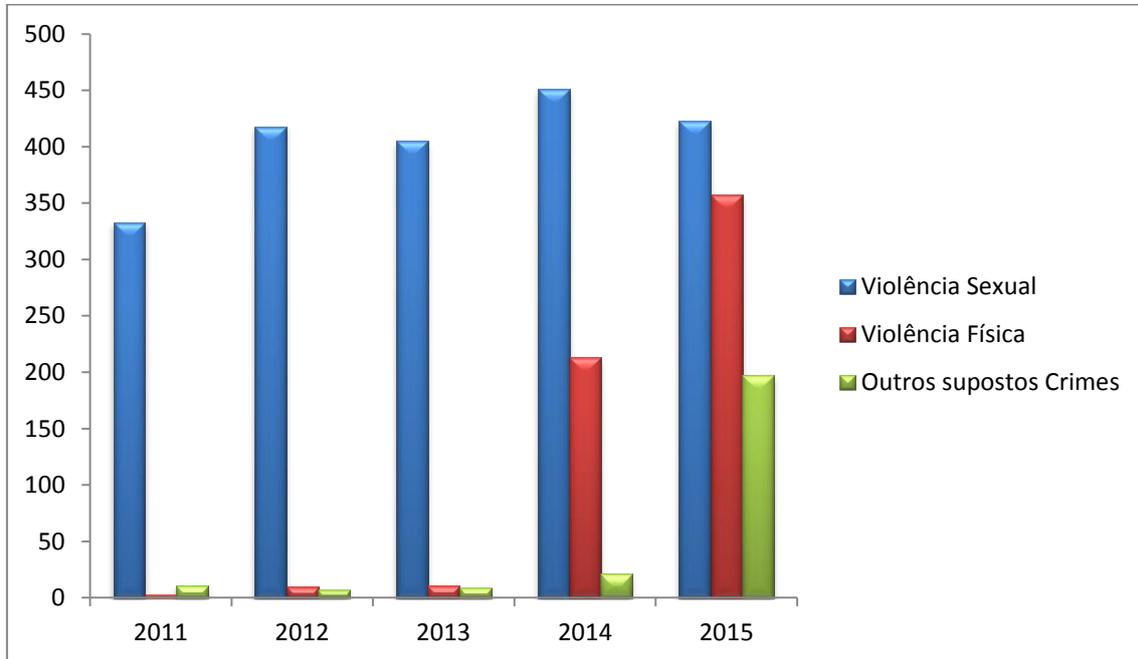


Fonte: Relatório Estatístico Anual do CPTCA – Ano 2015

Apresenta-se ainda no gráfico 1 os tópicos de casos desistentes, nestes encontram-se os casos que foram denunciados, mas não compareceram aos atendimentos periciais agendados. É possível observar no gráfico um decréscimo considerável nos casos desistentes no ano de 2015. Acredita-se que houve essa mudança devido à reforma recente realizada pela atual gestão, que entrou em vigor no mês de maio do ano de 2014. A nova diretoria implantou o atendimento imediato da criança ou adolescente que comparece ao local. Até a posse do gestor todos os atendimentos eram agendados, desde o primeiro, o que resultava em um tempo considerável entre o agendamento e o primeiro atendimento, conseqüentemente muitos casos não retornavam depois do longo intervalo.

Destacam-se entre os tipos de violência encaminhadas ao Centro, a sexual, a física e outras como maus-tratos, ameaças, corrupção de menores e negligência; no entanto, como já explicitado anteriormente, o trabalho centrou-se na violência sexual. Esta destaca-se entre os outros tipos de violência encaminhados ao CPTCA, com 70,75% dos casos.

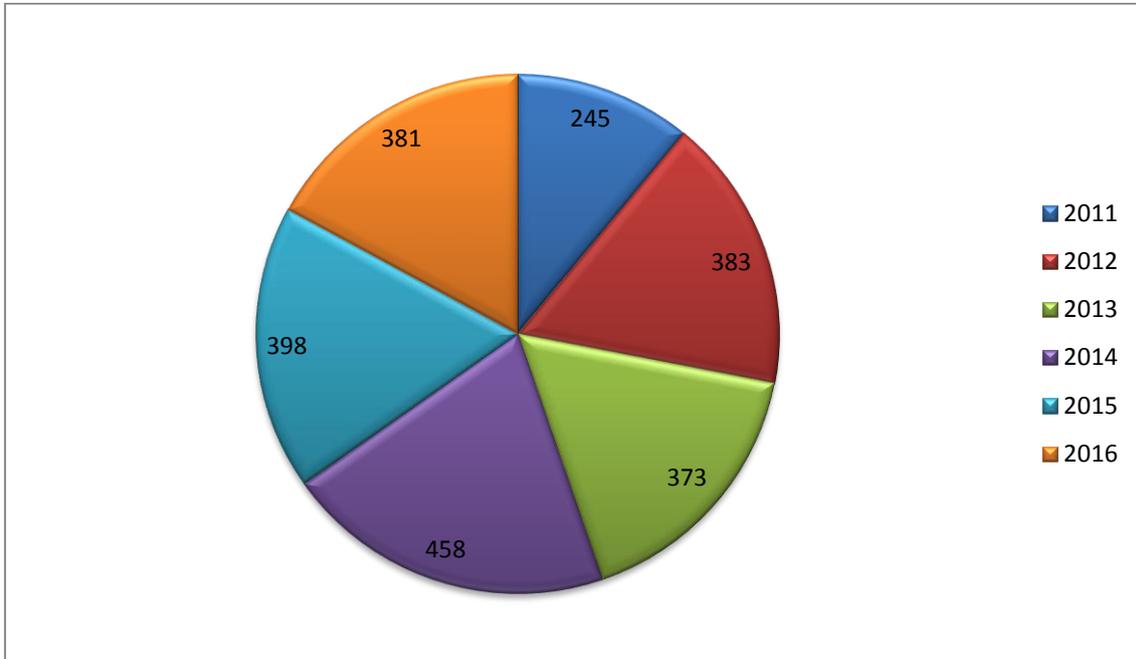
Gráfico 2 – Comparativo dos Tipos de Violência encaminhadas ao CPTCA nos anos de 2011 a 2015.



Fonte: Dados do Relatório Estatístico do CPTCA – Ano 2015 (outros supostos crimes: maus-tratos, ameaças, corrupção de menores, negligência etc).

Observa-se que houve um aumento de denúncias dos outros tipos de violência, além da sexual, principalmente a física, de forma que o Registro Anual de 2015 aponta que até 2014, no relatório mensal, eram contabilizados apenas os casos de violência sexual que davam entrada na perícia psicológica e social, não entrando para análise estatística os casos restritos à perícia médica. No entanto, em junho de 2014 iniciou-se a contagem dos casos de violência física, que eram atendidos na perícia médica. Os resultados obtidos revelam dados cruéis, de forma a indicar a violência sexual como a mais denunciada pela população, tornando-a a mais trabalhada pelo Centro de Perícia, no entanto não se pode subvertê-la em prevalência de prioridade, devendo dar-se atenção às demais formas de maus-tratos que as crianças são submetidas.

Gráfico 3 – Comparativo de Supostas Vítimas que sofreram abuso sexual e deram entrada no CPTCA nos anos de 2011 a 2016.



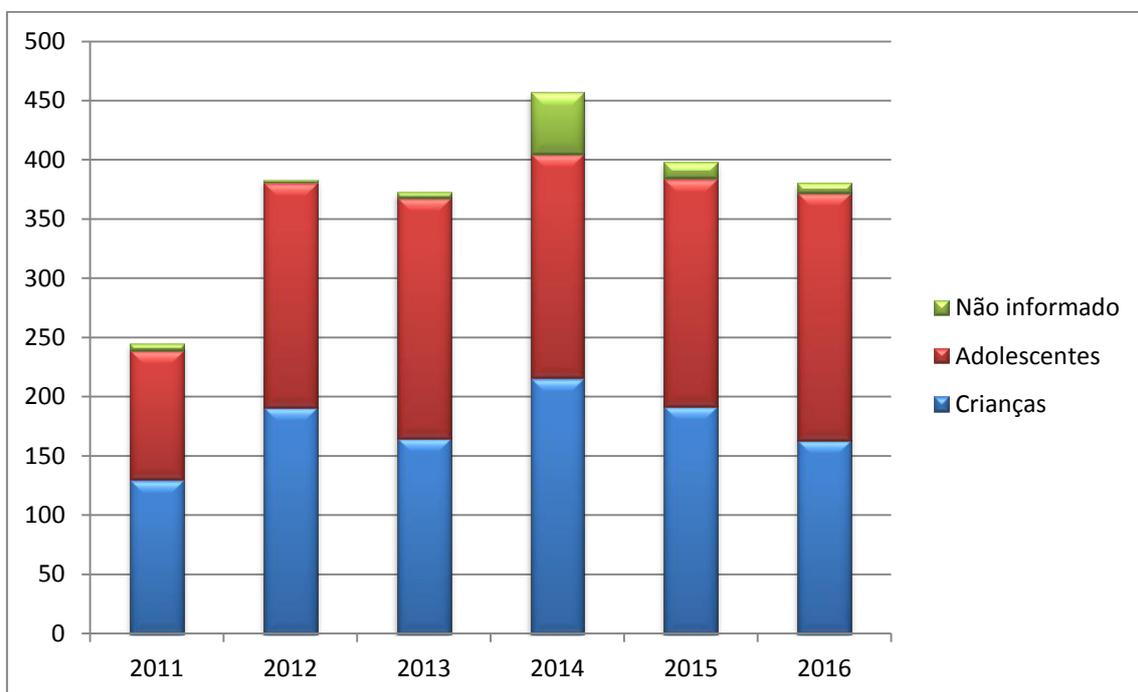
Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2017.

O CPTCA recebeu 2.238 crianças e adolescentes supostas vítimas de violência sexual, onde o gráfico anterior (3) demonstra um aumento de 55,51% das supostas vítimas de abuso sexual infantil entre os anos de 2011 a 2016. O aumento pode ter inúmeros fatores, como o as campanhas de conscientização mais frequentes ampliando o conhecimento da sociedade a respeito dos inúmeros casos de abuso sexual, além do trabalho implantado pelo CPTCA de atendimento imediato, minimizando os casos desistentes.

O trabalho priorizou a faixa etária infantil, pois torna-se importante a distinção dos atendimentos das crianças e adolescentes. No gráfico 4 é possível identificar entre os anos de 2011 e 2012 um número maior de crianças supostas vítimas do abuso sexual. No entanto nos anos de 2013 a 2016 há um aumento considerável dos casos de abuso contra adolescentes de 12 a 18 anos. De forma que se observou que do número total de supostas vítimas, 1.057 eram crianças, representando 49,18% do total dos casos. Com base nos dados identifica-se que entre os adolescentes se encontram as maiores vítimas acometidas pela violência sexual no Estado do Maranhão, no entanto, os números das supostas vítimas

crianças apresentam-se quase equiparados aos adolescentes, assim deve-se levar em consideração a imaturidade da criança na compreensão da violência, sendo o abuso muitas vezes mantido em sigilo pela própria criança e até mesmo pela própria família. Entende-se assim que as crianças sejam o grupo mais vulnerável à esse tipo de abuso, devido a ingenuidade típica da idade e a falta de recursos linguísticos de muitos, além de outros fatores preponderantes.

Gráfico 4 – Proporção de Crianças e Adolescentes que deram entrada no CPTCA nos anos de 2011 a 2016 com suspeita de abuso sexual

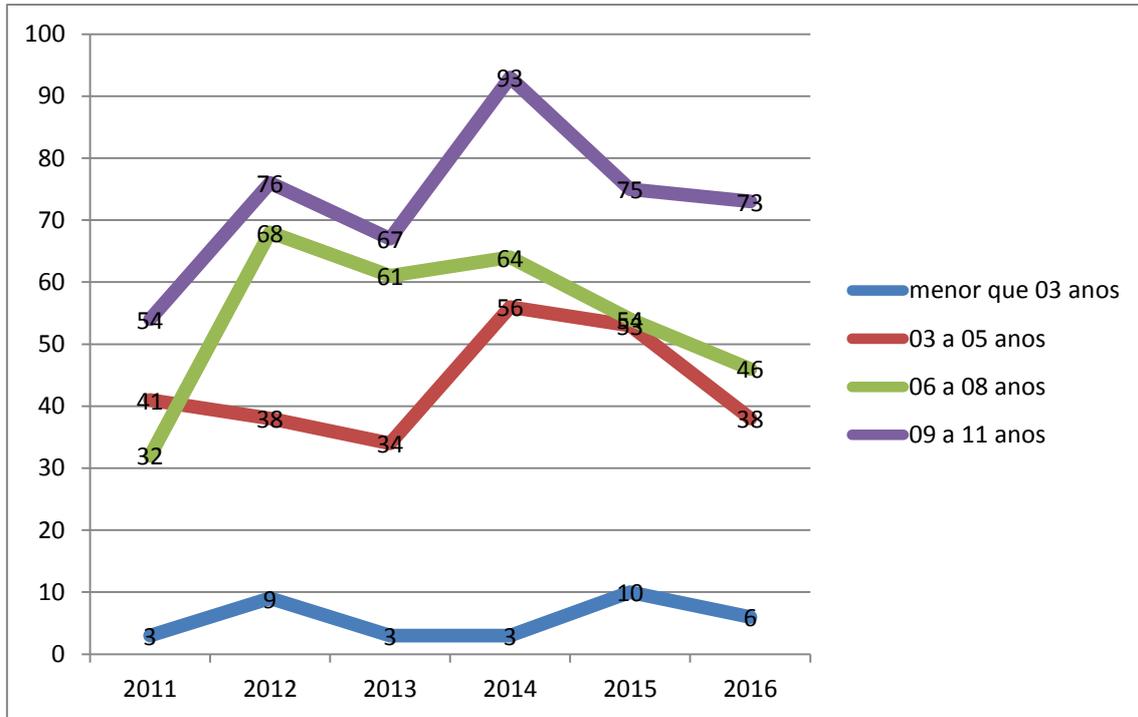


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2017.

No gráfico 5 pode-se observar que há uma predominância da violência sexual entre crianças de 9 a 11 anos, com 41,43% dos casos, em segundo lugar encontram-se as crianças da faixa etária de 06 a 08, com 30,74%. Os resultados descritos quando comparados com as pesquisas de Lorenzi, Pontalti e Flech (2001) apresentados no trabalho de Habigzang et al. (2006) podem equipar-se em alguns aspectos, onde a pesquisa aponta que a maioria dos casos de abuso sexual aconteceram entre 6 e 9 anos, com 35%, onde essa faixa etária ocupa o 2º lugar na pesquisa presente. A pesquisa de Habigzang et al (2005) discutiu dados sobre a violência sexual, coletados entre os anos de 1992 a 1998, os resultados apresentam-se de forma corroborativa com a presente pesquisa, já que a análise

identificou que a maioria dos abusos iniciaram-se entre 5 a 10 anos de idade, com 36,2% dos casos; seguido pelas crianças entre 10 a 12 anos, com 19,1% dos casos.

Gráfico 5 – Comparativo de idade das crianças que supostamente sofreram abuso sexual entre os anos de 2011 a 2016.



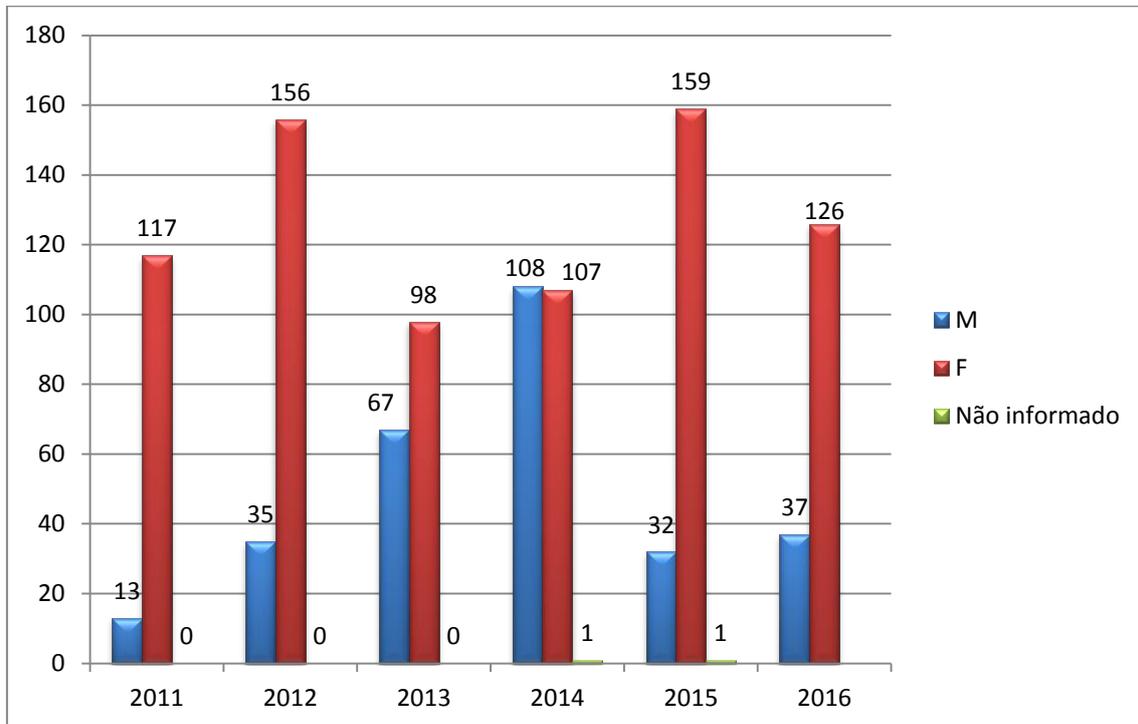
Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2017.

A partir dos dados coletados observa-se a predominância de casos de violência sexual em crianças do sexo feminino, com exceção do ano de 2014, onde os casos de abuso sexual contra o sexo masculino praticamente se equipararam, superando em um caso, aos casos contra a menina, de forma que de todos os casos relatados, apenas 27,8% envolve os meninos (Gráfico 6). A Organização Mundial da Saúde (2003, Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence) corrobora com os resultados apresentados, já que em sua pesquisa em diferentes partes do mundo identificou que entre 7% a 36% das meninas e de 3% a 29% dos meninos já sofreram algum tipo de abuso sexual, de forma que a violência contra as meninas é de 1,5 a 3 vezes maior que contra os meninos.

Segundo Habigzang (2005), no Brasil foram desenvolvidas algumas pesquisas sobre o índice epidemiológico do abuso sexual infantil, os autores destacam uma pesquisa realizada em Porto Alegre nos anos de 1997 e 1998, constatando que 79,4% das crianças abusadas eram do sexo feminino e 20,6%

eram do sexo masculino, os números confirmam os dados identificados na pesquisa atual.

Gráfico 6 – Proporção entre meninos (M) e meninas (F) que deram entrada no CPTCA nos anos de 2011 a 2016.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2017.

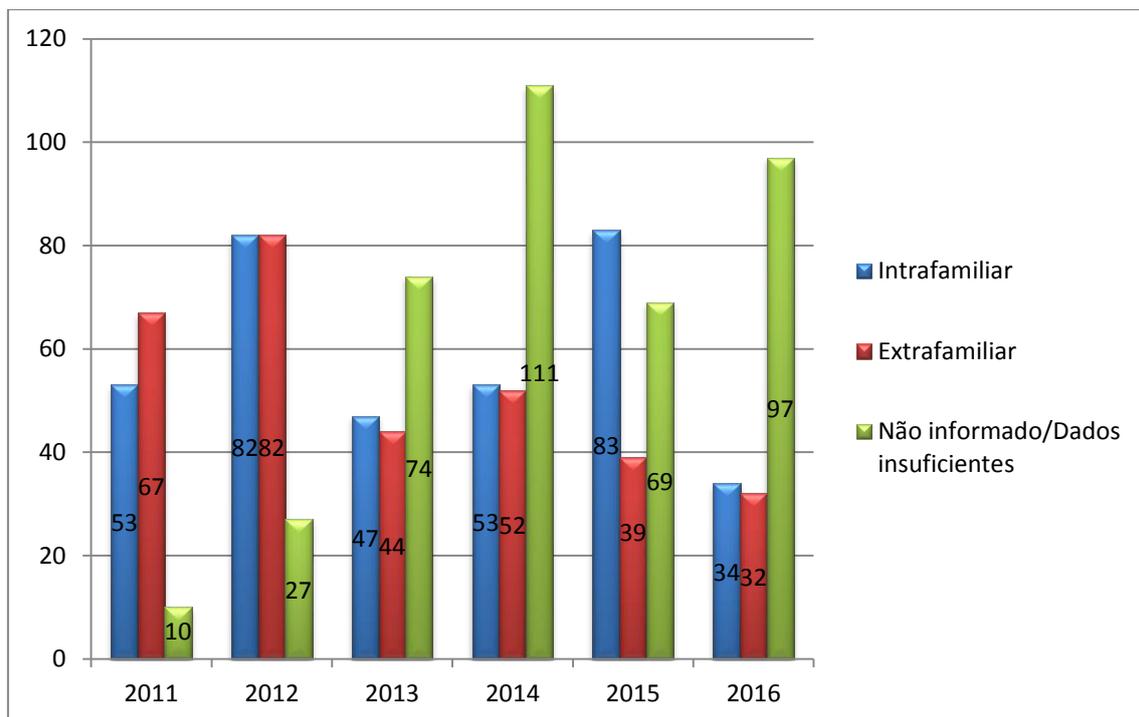
Os resultados obtidos estão de acordo com a literatura específica, como os estudos de Finkelhor (1994) e Kristensesn (1999), apresentado por Amazarray e Koller (1998), revelando que as vítimas mais frequentes do abuso sexual infantil são as meninas, principalmente no meio intrafamiliar, onde 1 em cada 4 meninas e um em cada 10 meninos sofre violência sexual antes dos 18 anos.

Como estudado anteriormente, o abuso sexual infantil pode ocorrer tanto no meio intra-familiar como extra-familiar, em relação a esses dados a pesquisa destacou a maiores casos denunciados no ambiente intrafamiliar, com 52,6% dos dados gerais entre os anos de 2011 a 2016. No entanto, percebe-se que os números, foram se alterando em cada ano, de forma que em 2011 haviam mais casos de violência extrafamiliar, em 2012 os números se igualaram, de forma que nos anos seguintes o abuso intrafamiliar assumiu a liderança dos supostos casos de violência sexual infantil.

Os resultados obtidos correspondem com a literatura existente, já que Habigzang e Caminha (2004) afirmam que a maior parcela dos abusos sexuais ocorre dentro do contexto familiar da criança, de forma que os pais e padrastos são os principais agressores. Outros autores, como Kaplan & Sadock (1990), DePanfilis & Salus (1992) e Watson (1994) concordam com Habigzang e Caminha (2004) que o incesto é a forma mais frequente de violência praticada contra a criança. Finkelhor (1994) observa em suas pesquisas que entre um terço a metade do abuso sexual praticado contra a menina era realizado no ambiente intrafamiliar.

Com relação ao abuso extrafamiliar, Amazzaray e Koller (1998, apud Russel, 1984) identificaram que entre crianças e adolescentes, esse tipo de abuso foi praticado por um estranho em apenas 15% dos casos estudados, concluindo que a grande parte dos perpetradores são pessoas conhecidas da vítima.

Gráfico 7 – Comparativo do ambiente onde supostamente foi realizado o abuso sexual infantil entre os anos de 2011 a 2016.

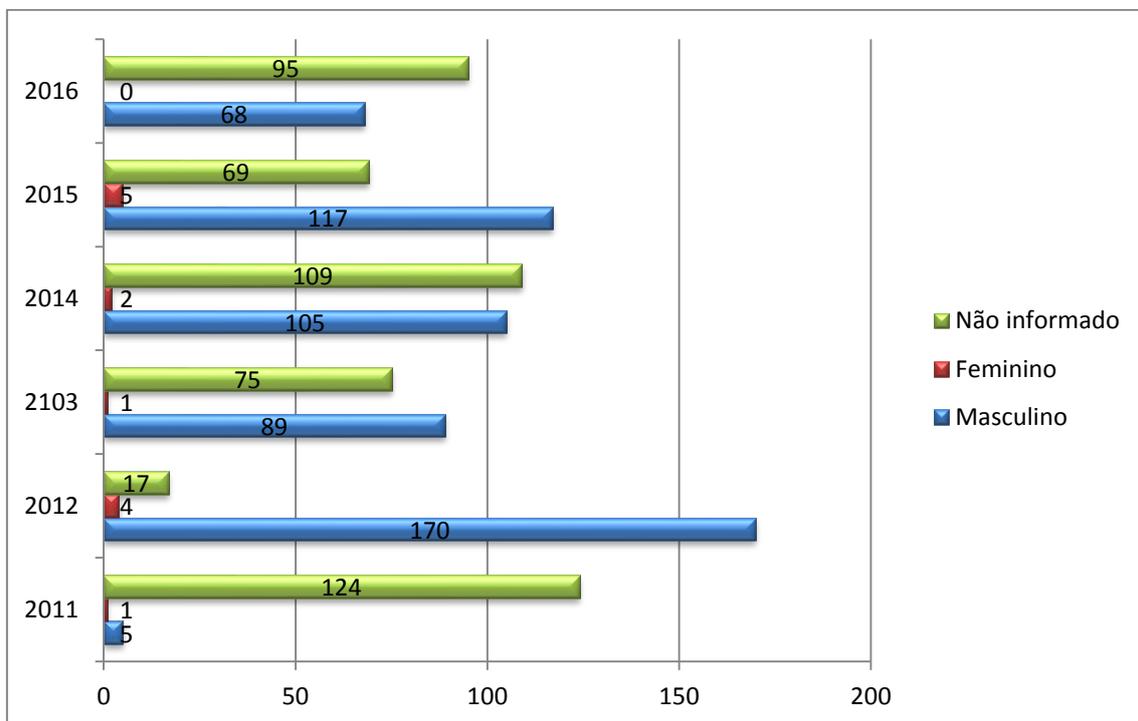


Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2017.

Em relação ao agressor, a obtenção dos dados identificou que 97,7% eram do sexo masculino, demonstrando o alto índice do gênero masculino na perpetração de violência sexual contra crianças, sendo possível observar no gráfico 8. Já do sexo feminino identificou-se apenas 2,2% dos casos. O resultado é

confirmado pelo estudo realizado nos Estados Unidos por Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990), que identificaram entre os agressores contra meninas, 98% eram do sexo masculino, e o abuso praticado contra meninos era em 83% das vezes realizado por indivíduos do sexo masculino (AMAZZARAY e KOLLER, 1998). Russell (1984) em seu trabalho observou que nos casos de violência sexual infantil, poucas vezes eram identificadas mulheres como abusadoras.

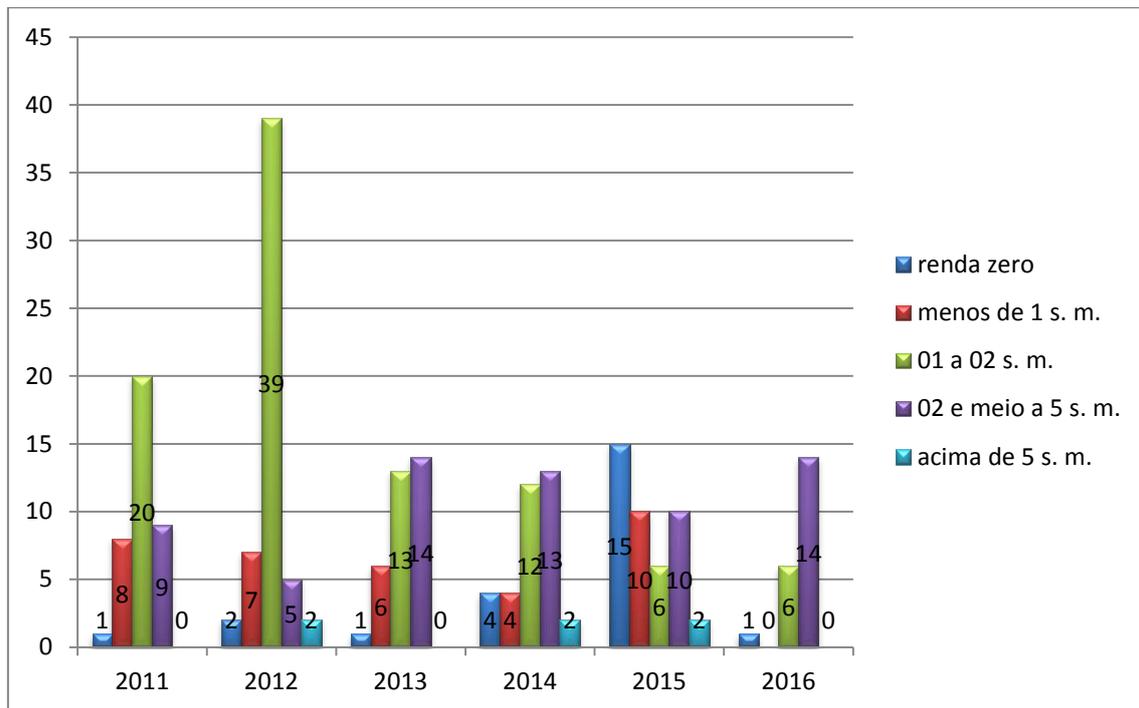
Gráfico 8 – Comparativo do sexo do suposto agressor entre os anos de 2011 a 2016.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2017.

No gráfico 9 é possível observar que a maior parte das crianças que sofreram abuso sexual pertencem a famílias de baixa renda, destacando as de 1 a 2 salários mínimos, com 43,6% dos casos entre os anos de 2011 a 2016. Por outro lado, os menores índices apresentam-se nas famílias de alta renda, aquelas acima de 5 salários mínimos, com 2,7% dos casos. Os resultados corroboram com os estudos de Kaplan, Sadock e Grebb (1997) apresentados por Pfeiffer e Salvagni (2005), ao afirmarem que o incesto é mais denunciado em famílias de nível socioeconômico baixo, em contrapartida esse tipo de abuso é mantido em sigilo mais frequentemente nas famílias com um padrão aquisitivo mais alto.

Gráfico 9 – Comparativo, realizado entre os anos de 2011 a 2016, do nível sócio-econômico do responsável.



Fonte: Dados da pesquisa realizada em 2017

Por meio dos dados obtidos e da literatura específica compreende-se que as famílias com nível aquisitivo mais alto tendem a esconder os casos de violência sexual, muitas vezes no intuito de prevenir a família do julgamento dos iguais, preocupando-se em manter o status e posição social já conquistada, evitando assim o escândalo. Amazzaray e Koller (1998) explicam que a dinâmica familiar, bem como o medo da destruição da família, são fatores chaves para o silêncio familiar. Nas famílias com renda mais baixa também é possível identificar inúmeros casos onde a família silencia os casos de abuso sexual, mas os estudos indicam que apesar destes, a maior parcela dos casos de abuso sexual infantil denunciados fazem parte dessa faixa econômica. Fatores educacionais, culturais e econômicos, além da ausência de informações da família e desemprego, entre outros, devem ser considerados nos estudos dos casos de violência sexual infantil, já que segundo Pederson e Grossi (2011), as relações parentais e familiares conturbadas pela desigualdade social, tornam a criança inserida nesse meio menos favorecido, mais vulnerável à violência.

Especificamente a violência intrafamiliar, em suas diferentes manifestações, se destaca por sua universalidade, sendo praticada em todas as culturas,

sociedades, religiões e classes sociais, embora sua ocorrência seja mais evidente nas classes sociais empobrecidas, tendo em vista os diversos processos de exclusão social e/ou de inclusão social precária que vivenciam. Esses decorrem de aspectos como a pobreza, o desemprego, o não acesso às políticas públicas, dentre outros direitos que não lhe são garantidos, o que acaba contribuindo para a vulnerabilidade da família e, conseqüentemente, para a desproteção dos membros que a constituem, especialmente crianças e adolescentes. (PEDERSON e GROSSI, 2011, p.25)

A situação de pobreza, a violência intrafamiliar e extrafamiliar têm sido, assim, condições fundamentais para que milhares de crianças e de adolescentes se transformem em grupos mais expostos à exploração sexual comercial e a outros tipos de violação de seus direitos. (ARAÚJO et al. apud FIGUEIREDO, 2015, p. 210)

Deve-se compreender que os resultados aqui alcançados não representam a realidade completa da violência sexual infantil no Maranhão, já que estima-se que a maior parte dos casos não são denunciados. Além disso, os casos apresentados representam apenas aqueles atendidos pelo CPTCA, de forma que muitas denúncias que chegam à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente não são encaminhadas para a CPTCA, por esse entender que nem todos os casos necessitam de perícia. Deve-se destacar ainda que a grande parcela dos casos atendidos são de violências praticadas na capital, já que nem todos os municípios têm conhecimento do Complexo, além das dificuldades financeiras das famílias no deslocamento para a capital.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs uma reflexão, a partir de referenciais teóricos em articulação com informações fornecidas pelo CPTCA, sobre a violência sexual infantil. O objetivo principal do estudo, de ampliar a compreensão sobre o fenômeno do abuso sexual infantil, bem como caracterizar o perfil das crianças registradas no CPTCA; foi alcançado, de forma que as variáveis pesquisadas foram obtidas, permitindo assim as análises propostas.

A violência sexual infantil tem sido parte da história de todo o mundo, se estendendo desde as mais antigas civilizações até a contemporaneidade. Apenas com o reconhecimento da criança, pelo Estado, como sujeito vulnerável e digno de direitos, que se iniciaram as leis de proteção à infância, no Brasil, deve-se destaque especial para o Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, apesar das mais bem escritas leis de proteção, as crianças ainda encontram-se entre as vítimas de inúmeros casos de violências, entre elas a sexual.

Os números assustam com a quantidade de casos denunciados, no entanto, sabe-se que sua grande maioria ainda permanece oculto. A dificuldade em compreender os números reais desse abuso, tem levado à implementação de projetos que priorizam as formas de cuidado à vítima, no entanto, existe a necessidade de se pensar em projetos que visem a implementação de ações preventivas.

Para alcançar os objetivos propostos apresentou-se os pensamentos de alguns teóricos do desenvolvimento humano. As ideias de Vygotsky contribuíram com o estudo demonstrando a influência dos meios social e cultural para o desenvolvimento, de forma que as experiências vividas nesse meio formam os elementos psíquicos do seu desenvolvimento. Wallon destaca a importância das condições oferecidas pelo meio familiar e social na compreensão do comportamento infantil, onde para a teoria walloniana, o sujeito se desenvolve a partir de sua relação com o meio. Já Piaget traz um trabalho mais voltado para a interação do biológico com o ambiente para o desenvolvimento infantil, onde, para este, o ser humano apresenta características biológicas que o permitem interagir com o meio e assim desenvolver determinados comportamentos. Ponty, tendo como base teórica a fenomenologia, destaca a importância da relação da criança com o mundo, o adulto

surge aqui mediando essa relação. O autor destaca o processo de imitação como um meio para a inserção na cultura. O estudo das teorias do desenvolvimento permite a melhor compreensão das influências que o ambiente e as relações têm no desenvolvimento humano, podendo-se inferir e entender como o abuso sexual e a relação da criança com o perpetrador vai influenciar no seu desenvolvimento.

Tornou-se importante trazer para a pesquisa, conhecimentos teóricos da história de reconhecimento da infância pela sociedade, bem como do seu histórico legislativo. Deu-se destaque especial para os estudos de Áries, de forma a retratar a história da criança até esta assumir a importância que tem hoje. A criança não era reconhecida pela sociedade como um indivíduo com necessidade especial de proteção, nem como um sujeito de direito. Foi apenas no século XX que a infância passou a ter a relevância social atual, surgindo assim documentos legais de proteção à infância, onde qualquer tipo de violência praticada contra a criança torna-se passível de punição. Este tópico tornou-se importante no sentido de situar a infância e a violência praticada contra está na história. Uma perspectiva histórica torna-se essencial para compreender o interesse atual para com a questão, por isso a necessidade de evidenciar os fatos históricos e legais que perpassam o fenômeno.

Foi realizada ainda uma breve revisão bibliográfica sobre o abuso sexual, suas definições e consequências para o desenvolvimento infantil. De forma que conhecer os impactos dessa forma de violência contra a criança, permite compreender a importância do desenvolvimento de maiores estudos no intuito de entender os aspectos intrínsecos à vitimização dessas crianças, garantindo assim o desenvolvimento de práticas capazes de prevenir a violência e combater suas consequências.

A pesquisa propôs-se a escancarar os números da violência sexual infantil no Maranhão, contribuindo para o conhecimento da incidência dessa forma de violência no Estado. Torna-se importante compreender que os dados apresentados aqui não representam os casos absolutos de abuso sexual infantil do estado, no entanto, estes indicam a magnitude do problema. Essa compreensão ressalta a importância do enfrentamento desse abuso não apenas por parte do governo, mas principalmente por parte da sociedade civil. Há a necessidade de maior a disponibilização de informações sobre o fenômeno de forma a sensibilizar a população sobre a questão, trazendo maior visibilidade para o problema, sendo este o primeiro passo para desconstruir a violência, gerando práticas de proteção às

crianças. No entanto a importância da prevenção, não significa diminuir o cuidado às vítimas, havendo dessa forma a imprescindibilidade da capacitação dos profissionais para prestar atendimento às crianças e suas famílias, buscando minimizar os efeitos danosos ao desenvolvimento e evitar a revitimização.

Na trajetória do estudo, foi possível observar que os resultados obtidos revelam em sua grande maioria, resultados semelhantes àqueles desenvolvidos em outros lugares. Observou-se que os números de denúncias de violência sexual têm crescido no Estado, o que pode-se atribuir ao crescimento do número de campanhas de conscientização da população sobre o tema e sobre o trabalho do CPTCA, no entanto muito ainda precisa ser feito no sentido de promover acesso a população à respeito das condições nas quais há maior frequência dos casos de violência praticados contra as crianças. As famílias e os profissionais que trabalham diretamente com as crianças, como professores e profissionais da saúde, precisam ser informadas das características e comportamentos apresentados pelas infantes vítimas de violência sexual, para identificar precocemente aquelas que possam estar sendo violentadas. Dessa forma pode-se responsabilizar os perpetradores, com maior chance de êxito, e minimizar os efeitos da violência para a criança.

Observou-se ainda, corroborando com estudos de Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005), de Finkelhor (1994) e até mesmo da OMS (2003), que a maior parcela de crianças vítimas de violência sexual, são pertencentes ao gênero feminino. Com relação à faixa etária, há uma predominância de crianças entre 9 e 11 anos, seguidas pelas de 6 a 8 anos, em correspondência com os estudos de Lorenzi, Pontalti e Flech (2001) e Habigzang, Koller, Azevedo e Machado (2005). Pode-se identificar que há maior número de casos de violência sexual infantil, no meio intrafamiliar - apesar da diferença ser pouca - corroborando os estudos realizados por Habigzang e Caminha (2004) e outros autores, que concluíram que os casos de abuso intrafamiliar tinham predomínio em relação ao extrafamiliar. Torna-se importante citar que os dados apresentados pela pesquisa não permitem que seja realizada uma confirmação absoluta dos casos, já que os números representam apenas aqueles denunciados, entendendo-se que a grande parte dos casos de abuso permanecem encobertos, principalmente aqueles que envolvem a família e conhecidos da criança.

Durante a pesquisa foi possível concluir que a maior parcela dos casos de abuso sexual infantil se encontram em famílias de nível social baixo, com renda

entre 1 e 2 salários mínimos. Diante disso, deve-se ressaltar a importância de compreender a violência sexual como um fenômeno com múltiplas facetas, entre estas a condição social e econômica. Para Contreras (2010) há uma alta relação entre os fatores socioeconômicos e o risco de uma pessoa se tornar vítima ou de perpetrar a violência sexual, destacando os contextos marginalizados, condições adversas e a pobreza. Serrano (2011) conclui que grande parte dos crimes, principalmente sexuais, acontecem perto da casa do criminoso. O autor acredita que isso acontece porque as crianças tendem a ser vítimas que estão disponíveis durante o dia, e este fator pode facilitar o perpetrador a ser descoberto, então o abusador sente-se mais seguro agindo em uma área onde ele conhece bem e pode passar despercebido, realizando suas atividades diárias, assim não será visto como um estranho de forma a chamar atenção. Dessa forma, no caso do perpetrador se encontrar no meio marginalizado, supõe-se que as vítimas farão parte desse mesmo ambiente. Assim, pode-se compreender melhor as razões da prevalência dos casos de abuso sexuais infantis denunciados se encontrarem entre as famílias com baixa renda.

Torna-se importante descrever a razão pela qual a pesquisadora priorizou o estudo das crianças até 12 anos incompletos. Como apresentado anteriormente, Shonkoff (2009) demonstra como as experiências da criança nos primeiros anos de seu aprendizado afetam seu desenvolvimento integral. Além de que durante a pesquisa bibliográfica, foi identificado que no caso da violência sexual, dependendo da idade que iniciou-se o abuso, os efeitos no desenvolvimento são diferentes, ou seja, a faixa etária vai influenciar na tipificação e gravidade das consequências, então quando a violência se realiza ainda na infância os efeitos tornam-se distintos daqueles realizados na adolescência. Outra questão está relacionada ao fato de o agressor utilizar-se de técnicas diferentes de abordagem e de manutenção do silêncio, diferenciando assim a dinâmica do abuso na infância e na adolescência. De maneira que concluiu-se que assim como as causas e consequências se distinguem, deve-se planejar técnicas e ações preventivas específicas para cada uma das etapas do desenvolvimento.

Após a discussão dos resultados aferidos, a pesquisadora percebeu a importância de estudar outras variáveis, como a estrutura familiar, a especificação da relação da vítima com o agressor, o indivíduo que fez a denúncia, características

relacionadas ao perpetrador, entre tantas outras questões que perpassam o fenômeno para assim ter uma compreensão mais profunda e completa do problema.

O interesse pelo tema instigou a pesquisadora em busca de informações à respeito do tema, de forma que ao pesquisar sobre a incidência dessa violência no Maranhão percebeu que poucos eram os dados disponíveis e que grande parte dos relatórios abrangiam todas as formas de violência conferidas à criança, e nos casos de abuso sexual infantil divulgava-se apenas os números referentes à quantidade de casos denunciados. Percebeu-se a necessidade de compreender as características dessa população, pois a partir do conhecimento das características que envolvem todo o fenômeno pode-se traçar medidas mais eficazes na prevenção.

Espera-se que a partir desse estudo, possam surgir reflexões ainda mais profundas com relação à temática. Compreende-se que não dar atenção aos dados epidemiológicos é permitir que haja maior perpetuação da violência contra as crianças, desta forma, espera-se que os dados apresentados gerem contribuição social no sentido de ampliar o conhecimento e a conscientização sobre o fenômeno, sensibilizando assim todas as esferas sociais na luta contra a violência.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J.C.S. **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007.

ARAÚJO, E. J. P. A; ALMEIDA, R. K. P.; SILVA, S. R. V. S.; SILVA, R. G. L. Distribuição espacial dos casos de violência encaminhados ao CPTCA. In: Silva, Richardson Gomes Lima da (org.). **Perícia psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência no Estado do Maranhão**. Charleston, USA: Amazon, 2. ed. 2015, cap. 12.

ANDRADE, LBP. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-06.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

ASSIS, Simone. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. S126-S134, jan. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 fev. 2017.

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 559-578, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2017.

American Psychiatric Association. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 4. ed. Washington: 2011. Disponível em: <<https://justines2010blog.files.wordpress.com/2011/03/dsm-iv.pdf>> Acesso em: 4 mar. 2017.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Inquirição da criança vítima de violência sexual**: proteção ou violação de direitos?. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

BASTOS, Ivanilda Maria e Silva; PEREIRA, Sônia Regina. A contribuição de Vygotsky e Wallon na compreensão do desenvolvimento infantil. **Revista Linhas**, v.4. n.1, 2003. Disponível em:<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1206>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

BERNARTT, Roseane. **A infância a partir de um olhar sócio-histórico**. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/226.%20a%>

20inf%C2ncia%20a%20partir%20de%20um%20olhar%20s%D3cio-hist%D3rico.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Brasília: Governo Federal, 2000.

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva: vigilância de violências e acidentes**, 2006 e 2007. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAVICCHIA, Durlei de Carvalho. **O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida**. São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

COHEN, Claudio. **O incesto um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

CONTRERAS, J. M.; BOTT, S.; GUEDES, A.; DARTNALL, E. **Violência sexual na América Latina e no Caribe**: uma análise de dados secundários. África do Sul: Iniciativa de Pesquisa sobre Violência Sexual (SVRI), 2010.

DARWIN, Charles. A Biographical Sketch of an Infant. In: **Mind - A Quarterly Review of Psychology and Philosophy**. n. 2, 1877, p. 285 a 294.

DIAS, Silvano Severino. **Merleau-Ponty**: uma concepção de infância como ser-no-mundo. Disponível em:<<http://www2.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/84SilvanoSeverinoDias.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2017.

DOURADO, Ana Cristina Dubeux. História da infância e direitos da criança. In: **Salto para o futuro**. Ano XIX, n. 10. TV Escola: 2009.

EWBANK, Thomas. **A description of indian antiquities brought from Chile and Peru, by the United States Naval Astronomical Expedition**. In: GILLIS, James Melville. U. S. naval astronomical expedition to the southern hemisphere during years 1849, 50, 51, 52. Washington: A.O.P. Nicholson Printer, 1855. p. 111-150. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?vid=HARVARD:HXGNQ9&printsec=titlepage&redir_esc=y#v=onepage&q=ewbank&f=false>. Acesso em: 7 mar. 2017.

FRÓIS, Érica Silva. **As práticas da criança na contemporaneidade**: o brincar analógico e digital- uma perspectiva acerca do corpo no processo de subjetivação infantil. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://200.229.43.1/documentos/dissertacao_erica_silva.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2017.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Tradução M.A.V. Veronese, Trad. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

GHEDIN, Evandro; GOMES, Ruth Cristina Soares. **O Desenvolvimento Cognitivo na Visão de Jean Piaget e suas Implicações a Educação Científica**. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1092-2.pdf>>. Acesso em 8 fev. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRIFFA, Maria C.; MORENO, José E. **Chaves para a psicologia do desenvolvimento**. 6. ed., São Paulo: Paulinas, 2010.

GUEDES, Adrienne Ogêda. **A Psicogênese da Pessoa Completa de Henri Wallon**: desenvolvimento da Comunicação Humana nos seus Primórdios. Disponível em: <<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-psicogenese-da-pessoa-completa-de-henri-wallon-desenvolvimento-da-comunicacao-humana-nos-seus-primordios>>. Acesso em: 4 fev. 2017.

HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: Conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

HABIGZANG, Luísa F. et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 fev. 2017.

_____. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 338-344, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 fev. 2017.

_____. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 379-386, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 fev. 2017.

HAYECK, Cynara. **A violência contra crianças e adolescentes ao longo dos séculos e os atuais trâmites institucionais de atendimento aos sujeitos vitimizados**. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0343.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

JIN HUH, D. M. ; Cavalini, S.F.S. **Consequências do Abuso Sexual Infantil no Processo de Desenvolvimento da Criança**: contribuições da Teoria Psicanalítica. Disponível em: <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/2011/pdf/psi/diana_myung.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2017.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

Laboratório de Estudos da Criança. **Pesquisando a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**: a ponta do Iceberg. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos, dissertações, teses e livros. Aparecida: Idéias e Letras, 2008.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena na Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

NUNES, Geilson. A proteção da Sexualidade Humana, sob a Óptica do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Revista Direito & Realidade, v.4, n.1, p.108-122, 2016. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_protecao_da_sexualidade_humana_sob_a_otica.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

NAKATANI, Fabiana Massako. **Abuso sexual intrafamiliar contra a criança**: entre o direito e a psicologia. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31095/FABIANA%20MASSAKO%20NAKATANI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

NOGUEIRA, Adriana. **Indícios de Abuso Sexual Infantil**. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/adriana-de-fatima-nogueira.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:<<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 09 fev. 2017.

PEDERSON, Janaina Raqueli.; GROSSI, Patrícia Krieger. **Abuso Sexual Intrafamiliar e a Violência Estrutural**. In: AZAMBUJA, FERREIRA e cols. **Inquirição da criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 25-34.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo, imagem e representação**. Tradução Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

_____. **Seis estudos de Piaget**. Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

PFEIFFER, Luci; CARDON, Léo. **Violência contra crianças e adolescente: do direito à vida**. In: **Os vários olhares do direito da criança e do adolescente**. Coleção Comissões. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, 2006, p.105.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. In: **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, Porto Alegre: 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572005000700010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 mar. 2017.

RICAS, J.; DONOSO, M.T.V; GRESTA, M.L.M. **A violência na infância como uma questão cultural**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000100019&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 3 fev. 2017

ROMERO, Karen Richter. **Crianças Vítimas de Abuso Sexual: aspectos Psicológicos da Dinâmica Familiar**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SERRANO, Jorge Jiménez. **El Perfil Geográfico Criminal**. Disponível em: <http://www.psicologia-online.com/articulos/2008/06/perfil_geografico_criminal.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SHONKOFF, JP. **O investimento em desenvolvimento na primeira infância cria os alicerces de uma sociedade próspera e sustentável**. Disponível em: <<http://www.encyclopedia-crianca.com/documents/ShonkoffPRTxp.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2016.

SIMON, Robert I. **Homens maus fazem o que os homens bons sonham**. Tradução Laís Andrade e Rafael Rodrigues Torres. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

SOUZA, Camila Anabela de Brito. **Concepção de Infância em Philippe Ariés**. Disponível em:

<<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/CAMILA%20ANABELA%20DE%20BRITO%20SOUZA%20CONCEPCAO%20DE%20INFANCIA%20EM%20PHILLIPPE%20ARIES.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

TELLES, Thabata Castelo Branco. A infância na fenomenologia de Merleau-Ponty: contribuições para a psicologia e para a educação. **Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas**. v. 6, n. 2, p. 4-13, abr./out. Belém, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000200002>. Acesso em: 10 fev. 2017.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf>. Acesso em 25/3/2009>. Acesso em: 7 fev. 2017.

_____. 1989. A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em 7 fev. 2017.

UNICEF. **Ocultos a plena luz**: uma análise estadística de la violencia contra los niños. Unicef: 2014. Disponível em: <https://www.unicef.org/argentina/spanish/PROTECCION_2015_ocultos-a-plena-luz.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2017.

United Nations Children's Fund. **Hidden in Plain Sight**: A statistical analysis of violence against children, UNICEF, New York, 2014.

United Nations Secretary. **World Report on Violence against Children**. Disponível em: <http://www.unicef.org/violencestudy/reports/SG_violencestudy_en.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: desenvolvimento dos processos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIOTTO FILHO, Irineu A.; PONCE, Rosiane de Fátima; ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira. **As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon**: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. Disponível em: <<http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/As-compreens%C3%B5es-do-humano-para-Skinner-Piaget-Vygotski-e-Wallon.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: Crianças e Adolescentes no Brasil. 1. ed., Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2017.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa. Edições 70, 1968. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B3GQrRvm4KXOSmUwZ18wRUs3YWc/view?pref=2&pli=1>>. Acesso em 7 jul 2016>. Acesso em: 4 fev. 2017.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

World Health Organization (WHO). WHO Consultation on Child Abuse Prevention. Geneva: WHO ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. 1989. Disponível em: <<http://www.who.int/whr/1999/en/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

ANEXOS

ANEXO A – Ofício para Autorização de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA DO CURSO DE PSICOLOGIA
Avenida dos Portugueses, s/n – Bacanga – 65.080-040 São Luís (MA)
Fone: (98) 3272 8316

Ofício Nº 048/2016 - COPSI

Em 20 de outubro de 2016.

Senhor Diretor,

Considerando que Carolina de Fátima Pereira Almada Lima, matrícula 2012019420, aluna do Curso de Psicologia da UFMA, está em fase de elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: "ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS PERPETRADORES REGISTRADOS EM UM CENTRO DE PERÍCIA DO ESTADO DO MARANHÃO" solicitamos a V.Sa. autorização para que a referida aluna tenha acesso ao Centro de Perícia, com o objetivo de coletar dados epidemiológicos das crianças que sofreram abuso sexual e de seus perpetradores.

Informamos, outrossim, que o trabalho acima citado conta com a orientação da Professora Mestre Francisca Pereira Cruz Zubicueta do Departamento de Psicologia da Universidade federal do Maranhão.

Atenciosamente,

Prof. Drª Catarina M. Teixeira
Coordenadora do Curso de Psicologia
Mat. 2291603

Ao Senhor
ROBSON MOURÃO LOPES
Diretor do Centro de Perícia Técnica para Criança e Adolescente
Nesta

Recebido

Carolina de Fátima P
Lima 20/10/16